Coleção Relações Internacionais

15

José Guilherme Merquior, Diplomata

Celso Lafer
Rubens Ricupero
Marcos Castrioto de Azambuja
Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Gelson Fonseca Jr.

IPRI

Pensador, ensaísta, tendo freqüentado uma grande variedade de temas – da ciência política à psicanálise – José Guilherme Alves Merquior (1941 - 1991) foi toda a sua vida adulta um diplomata operoso, respeitado pelos colegas, atento a sua carreira.

Terceiro Secretário em novembro de 1963, desempenhou uma série de funções relevantes no exterior: Terceiro e Segundo Secretário na Embaixada em Paris; Segundo e Primeiro Secretário na Embaixada em Bonn; Primeiro Secretário e Conselheiro na Embaixada em Londres; Conselheiro na Embaixada em Montevidéu; Ministro Conselheiro na Embaixada em Londres; Embaixador no México. Faleceu quando chefiava a Delegação Permanente junto à UNESCO, em Paris.

No Brasil, foi Oficial do Gabinete em Brasília do Chanceler Araujo Castro, em 1963; Auxiliar do Secretário Geral Adjunto para Assuntos Americanos, em 1965; Assistente do Chefe da Divisão da Europa Ocidental, em 1973; Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional – I, em 1974 e 1975. Integrou também o Gabinete Civil da Presidência da República, em 1981 - 1983.

JOSÉ GUILHERME MERQUIOR, DIPLOMATA contém depoimentos de alguns colegas e do Chanceler Celso Lafer, que foi seu amigo e é um dos maiores conhecedores da sua obra, acompanhando dois textos de Merquior sobre relações internacionais.

José Guilherme Merquior, Diplomata

José Guilherme Merquior, Diplomata

Celso Lafer
Rubens Ricupero
Marcos Castrioto de Azambuja
Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Gelson Fonseca Jr.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG
INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IPRI

Brasília
1993

© dos autores

José Guilherme Merquior, Diplomata / Celso Lafer...(et al). - Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1993.

80 p. - (Coleção Relações Internacionais; 16)

Bibliografia: p. 77-80.

1. Merquior, José Guilherme Alves, 1941-1991. 2. Diplomatas brasileiros. 3. Relações Internacionais. I. Lafer, Celso. II. Série.

CDU 92 (Merquior, J.G.)

ÍNDICE

José Guilherme Merquior: Depoimentos sobre o Diplomata.

José Guilherme Merquior: O Problema da Legitimidade em Política Internacional - Celso Lafer 9

José Guilherme Merquior: A Diplomacia da Inteligência - Rubens Ricupero 15

Merquior: Dois Momentos e Duas Dimensões - Marcos Castrioto de Azambuja 21

José Guilherme Merquior: Um Depoimento Pessoal - Luiz Felipe de Seixas Corrêa 25

Introdução ao Texto *O Problema da Legitimidade em Política Internacional* - Gelson Fonseca Jr. 31

Textos sobre relações Internacionais de José Guilherme Merquior

O Discurso como Orador da Turma do Instituto Rio Branco de 1963 . . . 39

O Problema da Legitimidade em Política Internacional 47

Introdução 49

I. Algumas coordenadas teóricas 51

II. Alguns problemas de legitimidade no sistema internacional contemporâneo 63

Bibliografia 77

José Guilherme Merquior, Depoimentos sobre o Diplomata

José Guilherme Merquior: O Problema da Legitimidade em Política Internacional

Celso Lafer

– I –

O tema da legitimidade ocupou um lugar importante na reflexão de José Guilherme Merquior, até mesmo na perspectiva de sua biografia intelectual, pois assinalou uma passagem da crítica literária para a teoria política. Foi, com efeito, da legitimidade que tratou no seu segundo doutorado apresentado e defendido na London School of Economics. Daí o *Rousseau and Weber: Two studies in the theory of legitimacy* (London, Routledge Kegan Paul, 1980) cuja edição brasileira, pela Editora Guanabara Koogan, é de 1990 e foi precedida por importante prefácio de José Guilherme, datado de julho de 1989, no qual discute a fortuna crítica do seu livro, examina as novas trilhas na incessante reinterpretação de Rousseau e Weber e dá um aceno às motivações libertárias que o levaram a dar ênfase à democracia participatória de Rousseau.

Um fruto prévio dessa tese é um instigante texto "A Legitimidade na Perspectiva Histórica", do qual fui o debatedor, apresentado num dos Encontros Internacionais de Brasília, o realizado entre 10 e 14 de setembro de 1979, e que teve como tema geral "Alternativas Políticas, Econômicas e Sociais até o Final do Século XX". O texto de José Guilherme e o meu comentário foram publicados no volume dos anais deste Encontro (cf. Universidade de Brasília, *Encontros Internacionais da UnB*, Edit. da Universidade de Brasília, 1980, pp. 297-317; 319-325).

Naquela ocasião, evocando Guglielmo Ferrero, observei que a legitimidade é uma espécie de ponte que se constrói entre o poder e o medo. O medo da anarquia que está na origem do poder, e o medo do poder instaurado, que evita a anarquia. Esta ponte, que torna a vida em sociedade menos aterradora, é uma construção da cultura e dos valores; resulta dos jogos dos

signos de cada época histórica e se exprime nos códigos de conduta e nos padrões de gosto. Daí a minha ponderação de que a legitimidade era o tema estrategicamente apropriado para simbolizar, no pluralismo dos interesses intelectuais de José Guilherme, uma travessia que não foi excludente, das Letras para a Política.

A tese de José Guilherme ao primeiro CAE, apresentada em 1978, e que ora se publica sob os suspícios da Fundação Alexandre de Gusmão, é a primeira expressão formalizada desta travessia. Representa, como aponta Gelson Fonseca Jr. no seu agudo texto, o primeiro momento de uma importante reflexão sobre o tema da legitimidade. Como todo primeiro momento não é inteiramente acabado, mas está repleto de observações fulgurantes e antecipatórias de tendências. Entre elas destaco: a percepção da importância crescente, no sistema internacional, da Alemanha e do Japão e da relevância econômica da Coréia e de Formosa; a força centrípeta de uma economia global interdependente e os limites do neo-protecionismo; a ilegitimação progressiva do socialismo do Estado em virtude de seus insucessos em termos de desempenho econômico; a passagem do mito da revolução para o desejo de liberalização; a hipótese de um socialismo da sociedade civil, presente no euro-comunismo por obra da influência de Gramsci; as relações entre legitimidade e a eficácia com indicações sobre os desafios da governabilidade, entre eles os ligados à crise fiscal do *welfare state*.

Estes *obiter dicta* são típicos do estilo de análise de José Guilherme, que integrava, no plano da razão vital, como disse em outra oportunidade, a família intelectual dos grandes carnívoros e que se comprazia, por isso mesmo, em devorar com competência e não em ruminar com excesso de paciência, os assuntos que o interessavam.

O problema da legitimidade em Política Internacional tem o mérito adicional de discutir o tema não apenas no âmbito da teoria política, como o *Rousseau e Weber,* ou na perspectiva de etapas do desenrolar histórico, como no texto de Brasília, mas especificamente no campo das relações internacionais. Aponta assim, ainda que indicativamente, para o tipo de contribuição que dava José Guilherme para a diplomacia.

Com efeito, sabia ele, como operador diplomático, enriquecer e ampliar o repertório da ação, utilizando-se dos conceitos que estudava e elaborava como intelectual. Valia-se, para isso, nos contactos pessoais, da sedutora vivacidade de seu espírito e da circunstância de ter sido, como lembra Marcos Azambuja, um veículo perfeito da expressão, que nele resultava do encontro sem arestas entre a inteligência e a erudição. Neste sentido não havia divergência mas sim convergência entre o seu pensamento e a sua *vita activa*. Era, para evocar uma formulação de Jerônimo Moscardo de Souza, um mestre da "diplomacia da inteligência", como, aliás, explicitam os textos de Rubens Ricupero e Luiz Felipe de Seixas Corrêa.

José Guilherme escreveu e publicou relativamente pouco sobre política externa e relações internacionais. Para isso seguramente contribuíram os cui-

dados recomendados pela tradição do Itamaraty, como bem observou Gelson Fonseca Jr. Sempre se interessou, no entanto, pela temática e não só do ponto de vista de sua prática mas também na sua amplitude teórica.

Vale a pena, neste sentido, observar que Raymond Aron, que foi para José Guilherme um paradigma intelectual, fez da indagação teórica sobre as relações internacionais uma das áreas privilegiadas de sua reflexão, e que esta tem, como seria de se esperar, uma presença na sua tese do CAE.

Registro, também, que no nosso permanente diálogo intelectual os temas da área estavam constantemente na agenda. Quando, em 1976, fui fazer pesquisas na Organização Internacional do Café, para redigir a minha tese de livre docência e fiquei hospedado em Londres, na sua casa – e ele era na época Conselheiro na nossa Embaixada – discutimos muito esses assuntos. Essas conversas estão sinteticamente consignadas na tese do CAE de José Guilherme, pois nela ele examina as reflexões que na época eu estava elaborando e fui desenvolvendo tanto sobre a disjunção entre ordem e poder (cf. Celso Lafer, *Comércio e Relações Internacionais*, São Paulo, Perspectiva, 1977, cap. III, *Paradoxos e Possibilidades, Estudos sobre a ordem mundial e a política exterior do Brasil num sistema internacional em transformação*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, cap. VI) quanto sobre o papel da reciprocidade na elaboração e aplicação das normas de direito internacional econômico (cf. Celso Lafer, *O Convênio do Café de 1976 – Da Reciprocidade no Direito Internacional Econômico*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979).

Foi ao tempo em que José Guilherme estava redigindo essa sua tese do CAE que ele me enviou, no contexto das nossas discussões, o livro da Hedley Bull, *The anarchical society – a study of order in World Politics*, London, MacMillan, 1977, com uma dedicatória que começava: "Celso, old chap don't be bullied into it...". No correr dos anos muitos foram os livros e artigos que trocamos sobre a matéria. Dentre eles destaco o *Diplomacy* de Adam Watson (London, Methuen, 1982) que José Guilherme considerava uma *mise-au-point* muito apropriada, na qual a apresentação e a metodologia, à maneira de Brás Cubas, que endossou nesta tesse do CAE, se fazia sem gravata e suspensório.

– II –

Na sua tese do CAE José Guilherme aponta que concentrou a sua análise nos problemas da legitimidade no plano internacional diretamente ligados à posição política de potências emergentes, ou seja, na perspectiva da inserção do Brasil no mundo. Qual é, em síntese, a leitura que se pode fazer da sua contribuição?

No mapa do conhecimento político a legitimidade é um tema tanto teórico quanto prático. Está ligado teoricamente ao fundamento da obrigação

política, ou seja, ao porque se deve obedecer, e na prática aos ingredientes não coercitivos da obediência que no plano internacional se manifestam com muita clareza dada a ausência de um poder centralizado que torna problemático e não dogmático o acatamento às normas do Direito Internacional.

José Guilherme, inspirado pela tradição inglesa e influenciado por Ernest Gellner, que foi o seu orientador na London School of Economics e de quem se tornou muito amigo, dedicou-se, no seu trabalho, à clarificação dos conceitos e à sua avaliação crítica. Concluiu que uma concepção subjetivista e fiduciária da legitimidade baseada na crença dos governados e na credibilidade de uma reserva de poder dos governantes favorece a perspectiva *ex parte principis*. Por isso, como explorou com maior profundidade no seu livro *Rousseau e Weber*, entendeu que Weber, cuja obra é o paradigma clássico da "teoria da legitimidade crença" não dá conta da perspectiva "de baixo para cima". Daí o ter defendido uma concepção objetivista, na qual a legitimidade é encarada como uma configuração de poder ("crática" na sua terminologia), que enseja analiticamente uma tônica no **consentimento.** Rousseau, como ele apontou posteriormente no seu livro, é o mais expressivo defensor da "teoria da legitimidade poder", de inegável validade na perspectiva *ex parte populi*. Esta validade, registra José Guilherme com realismo, tem condições de vigência numa situação de poder na qual a assimetria não é acentuada e existe margem de manobra,pois, num contexto deste tipo, o poder tende a assumir a forma de autoridade baseado no livre consentimento.

Deste diálogo crítico e avaliativo com "clássicos" e "contemporâneos", José Guilherme extrai conseqüências para a ação diplomática brasileira que cabe explicitar. Com efeito, para o Brasil, que não é um governante do sistema internacional, mas uma potência média e emergente que tem um interesse real em participar na elaboração e na aplicação das regras formais e informais, estruturadoras da ordem internacional, o relevante na discussão da legitimidade é a ênfase no consentimento. É esta ênfase que dá ao Brasil o poder de participar adequadamente da problemática empírica da dicotomia legitimidade/ilegitimidade no mundo contemporâneo. Por isso a defesa, inspirada na matriz conceitual de Rousseau, de um "contrato social internacional", fundado no consentimento e tendo como *vis directiva* a solidariedade e a paz, representa uma constante oportunidade para reforçar a posição internacional do Brasil com o lastro axiológico da legitimidade.

Quais são as condições de possibilidade que permitem, na prática diplomática, sustentar esta posição? José Guilherme, na sua tese do CAE, observa que "o policentrismo só cessará de ser um advérbio da moda – só se tornará substantivo – no dia em que deixar de depender da permissividade objetiva inerente à bipolaridade". Ora, é isso que está ocorrendo atualmente com o fim do conflito Leste/Oeste. Isto teve como conseqüência a dessuetude da batalha ideológica e do equilíbrio do terror nuclear enquanto modalidades densamente assimétricas através das quais EUA/URSS, na condição de super-potências, configuravam a ordem mundial. Com esta diminuição do

foco do sistema internacional, que era dado *ex parte principis* pelas relações EUA/URSS, o mundo ficou mais nebuloso e surge, diante do observador, como uma combinação de tendências não só centrípetas como centrífugas. Estas tendências abrem novas alternativas de ação para os protagonistas da vida mundial.

Na linha de ação baseada nas tendências promissoras está a hipótese de encaminhar os imensos desafios da governabilidade do sistema internacional, por meio de um "neo-contratualismo" que, levando em conta a situação de poder do policentrismo, amplie as margens do consentimento, diminua o escopo da imposição e atenue os riscos de anarquia. Para um trabalho diplomático deste tipo as formulações de José Guilherme, na tese do CAE, são heurísticas, sobretudo se a elas se adicionar o que disse no texto de Brasília e aperfeiçoou na versão recolhida em *O Argumento Liberal* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983, pp. 157-170). Nesta versão ele desenvolveu o conceito da legitimidade tópica que, no mundo contemporâneo, se opõe ao "holismo" da ordem dos governantes, caracterizando-se pela ênfase centrífuga em situações particulares e locais dos governados.

Em meu *A Reconstrução dos Direitos Humanos – um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt* (São Paulo, Cia. das Letras, 1988, p. 72) destaquei como este conceito era útil para lidar, no plano interno dos estados, com o conteúdo das estipulações dos "pactos sociais" e, por via de conseqüência, com a ampliação da governabilidade democrática por meio de um ordem consentida.

Vejo agora, com mais clareza do que tinha quando opinei, em janeiro de 1992, pela publicação sob os auspícios da Fundação Alexandre de Gusmão da tese do CAE de José Guilherme, que o conceito é igualmente instigante para a ação diplomática brasileira. Esta é uma conclusão a que cheguei em função da minha experiência recente como Ministro de Estado das Relações Exteriores. Vou ilustrá-la com o exemplo da Conferência do Rio de Janeiro, na qual o Brasil, como país sede, buscou e conseguiu catalizar o consenso, valendo-se do seu papel de anfitrião e do fato de ser uma sociedade que, pelos seus contrastes, vive e entende tanto os problemas do meio-ambiente causados pela pobreza quanto os provocados por padrões de produção e consumo de países desenvolvidos.

Um dos produtos da ECO-92 foi a **Agenda 21,** finalizada no Rio de Janeiro. Este grande programa-de-ação de cooperação internacional, voltado para o desenvolvimento sustentável, baseia-se numa agenda equilibrada e abrangente precisamente porque levou em conta a multiplicidade das situações específicas dos países numa "negociação global" que foi consentida porque ocorreu na primeira grande conferência multilateral pós-término do conflito Leste/Oeste. Por isso enseja uma "visão de futuro" do que pode e deve ser uma ordem ambiental internacional mais promissora e equitativa, na exata medida em que está permeada pela "legitimidade poder" do consentimento e não pela "legitimidade-crença" de super-potências.

Para finalizar. Escrevo esta apresentação por ocasião do segundo aniversário do falecimento de José Guilherme e com a tristeza que continuamente me causa a ausência da sua viva presença. Serve-me, no entanto, de algum consolo registrar, com este texto, a seqüência de meu diálogo em surdina com a irradiação permanente de suas idéias e de sua inteligência.

São Paulo, janeiro de 1993

José Guilherme Merquior: A Diplomacia da Inteligência

Rubens Ricupero

Terá sentido tentar isolar a dimensão diplomática de uma personalidade como a de José Guilherme Merquior, na qual a atividade intelectual definiu e deu forma à existência toda, integrando e absorvendo os demais elementos? Para Merquior a vida cultural se confundia com a própria vida, constituía a essência de cada gesto e atitude. Não admira, assim, que mesmo quando não estivesse "fazendo" cultura, era percebido como mestre daquilo que Jerônimo Moscardo de Souza chamou de "a diplomacia da inteligência".

É, por exemplo, como o vê Enrique Krause no belo ensaio que dedicou ao "esgrimista liberal", na revista *Vuelta* de janeiro. Ali diz que "sua maior contribuição à diplomacia brasileira no México não ocorreu nos corredores das chancelarias ou através de relatórios e telex, mas na tertúlia de sua casa, com gente de cultura deste país". E prossegue: "A Embaixada do Brasil se converteu em lugar de reunião para grupos diferentes e até opostos de nossa vida literária. Lá se esqueciam por momentos as pequenas e grandes mesquinhezas e se falava de livros e idéias e de livros de idéias. Merquior convidava a gregos e troianos, escrevia em nossas revistas e procurava ligar-nos com publicações homólogas em seu Brasil".

O ensaísta mexicano não se detém, contudo, nesses aspectos do "embaixador da república das letras" e reconhece que, nas circunstâncias difíceis do início da transição latino-americana, "Merquior cumpriu um papel relevante: foi uma instância de clareza, serenidade e amplitude de alternativas no diálogo de ambos os governos".

Tenho a certeza de que José Guilherme gostaria de ser recordado dessa dupla maneira. Sua paixão intelectual, a assombrosa produção de livros, artigos, conferências não se manifestavam nele às custas do interesse profissional, da dedicação ao cotidiano diplomático.

Nesse sentido, ninguém era mais distante do que se convenciona entender por "homem de letras". Um exemplo: quando logrou persuadir a ad-

ministração do Itamaraty a comprar a bela mas maltratada residência senhorial de um ex-Presidente mexicano para ali instalar a chancelaria da embaixada (o local anterior fora afetado pelo terremoto de 1985), passou meses empenhado num esforço minucioso de reforma das instalações, bombardeando o Ministério com telegramas oficiais e particulares nos quais transparece, por baixo das considerações do experiente administrador, o olho sensível do esteta a ressaltar um ou outro pormenor antigo da decoração.

Idêntico espírito prático, de atenção aos dinheiros públicos e à cozinha da diplomacia ressurge no zelo com que preparava a grande recepção da festa nacional, as visitas presidenciais (estive no México, sob sua gestão, numa delas, a do Presidente Sarney, em setembro de 1987, primorosamente montada e executada).

Também nesse particular é interessante o depoimento de Krauze, segundo o qual "sem ser um devoto da etiqueta, em sua embaixada as formas se respeitavam com pontualidade inglesa". Aliás, Merquior não era dos que desdenhavam o domínio do desempenho, e aqueles que o viram atuar conhecem a destreza, a facilidade, o tato de suas gestões e iniciativas.

Nessa esfera do desempenho, era um prazer assistir à elegância e leveza com que praticava uma das mais difíceis artes menores, a do discurso ao final de um jantar diplomático. Em inglês ou francês impecáveis, seu talento verbal transformava a habitual maçada das sobremesas numa pequena obra-prima cintilante de humor e sensibilidade.

Se acentuo esses traços é porque as outras qualidades, a do formulador rigoroso de idéias e conceitos, do analista capaz de projetar uma poderosa luz ordenadora na confusão contemporânea de teorias e tendências são sobejamente conhecidas.

Da mesma forma, na área das idéias diplomáticas, foram marcantes as contribuições de Merquior embora no mais das vezes tenham ficado anônimas, pois se fizeram sob a forma de sugestões para discursos nas Nações Unidas ou visitas a outros países, artigos sobre política externa, relatórios oficiais. Quando se proceder ao levantamento da documentação diplomática desse período, não escapará talvez ao exegeta mais penetrante que na origem de uma ou outra idéia se encontra a pena de José Guilherme. É o caso, se quiserem, de um tema que ganhou atenção com o fim da Guerra Fria e que, no seu fervor pela democracia liberal, Merquior já introduzira em pronunciamentos oficiais há 6 anos: o de que as democracias não se fazem guerra e que a universalização da democracia equivale à perpetuação da paz.

O cosmopolitismo da formação universitária, a familiaridade que adquiriu no freqüentar os grandes mestres europeus dos anos 60 e 70, nunca enfraqueceram em Merquior as raízes brasileiras e latino-americanas de sua cultura. O filósofo político que introduziu Sarmiento na ilustre companhia dos criadores do *Liberalism Old and New* é o mesmo diplomata que soube captar os primeiros sinais da renovação política e econômica da América La-

tina através de uma das mais notáveis de suas manifestações: a experiência mexicana dos anos recentes.

Dito isto, porém, não há como negar que, de um ponto de vista estreito como o da frase do Conselheiro Ayres, "não fiz tratados de comércio nem de limites, não celebrei alianças de guerra", o acervo diplomático de Merquior parece à primeira vista em desequilíbrio com seu abastado legado cultural. O juízo seria verdadeiro se levássemos em conta apenas os resultados tangíveis da ação diplomática avaliados de acordo com sua importância ou a participação direta em momentos decisivos da política externa. Para isso faltaram a José Guilherme o tempo e as oportunidades pois seu desaparecimento fulminante ocorre no momento em que, concluído seu amadurecimento intelectual, ele se encontrava enfim preparado para as grandes ações.

O que nos devolve ao ponto de partida: vale a pena distinguir a vertente diplomática e cultural, como se fossem separáveis, quando na verdade Merquior fazia diplomacia ao fazer cultura?

Muito tempo atrás, sugeri a José Guilherme que ele escrevesse algo sobre a relação mais que secular entre o Itamaraty e a cultura brasileira. A história dessa relação não se reduz à vertente mais conhecida, a de como o serviço diplomático e o consular proporcionaram, no passado e no presente, a base material, a segurança, as oportunidades de viajar, de conhecer de perto outras culturas, de estudar em grandes universidades estrangeiras, que permitiram a realização de tantas brilhantes vocações intelectuais.

Desde Gonçalves de Magalhães, na aurora do Romantismo, até a geração de Guimarães Rosa, Vinícius de Morais e João Cabral de Melo Neto e a de Sérgio Rouanet, de José Guilherme Merquior passando por Varnhagen, Magalhães de Azeredo, Domício da Gama, Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto, Raul Bopp, haverá uma história fascinante a contar sobre os vínculos entre a carreira e a vida cultural. História complexa e de conclusões nem sempre uniformemente positivas pois se, para alguns, como Guimarães Rosa, a então placidez da Divisão de Fronteiras agiu como estímulo à criação da obra de ficção de maior qualidade do meio-século XX brasileiro, para outros, como se observou de Aluízio de Azevedo, a segurança consular parece ter atuado como desestímulo do impulso literário.

Haveria outros aspectos a explorar, como a ligação muitas vezes sutil entre a obra literária e a experiência profissional, presente não só em poemas de Raul Bopp, Vinícius, João Cabral, mas no fascínio de Guimarães Rosa pela língua dos outros, pelas palavras e construções recolhidas nos páramos colombianos, no consulado em Hamburgo ou na embaixada em Paris.

Um capítulo pouco lembrado dessa história é o da formação em universidades americanas e européias de uma geração de diplomatas-economistas (ou especialistas em políticas públicas), como Roberto Campos, Octávio Dias Carneiro, Miguel Osório de Almeida, Oscar Lorenzo Fernandes e Marcílio Marques Moreira, que iriam ter uma participação significativa no processo de desenvolvimento brasileiro.

Entretanto, para além desses traços episódicos mais conhecidos e de que evoquei apenas exemplos esparsos, restaria, num registro diferente, investigar uma dimensão mais sugestiva dessa relação. Com efeito, a história do vínculo cultura-diplomacia no Brasil não é só a narrativa dos homens de inteligência que ilustraram com sua passagem o Itamaraty, que lhes deu, por sua vez, os meios de viver e criar. Ela é também a história de como em nosso país, sobretudo a partir da República, a diplomacia foi muitas vezes vista como uma espécie de domínio reservado à inteligência.

É natural talvez que no império, especialmente na fase mais difícil da política do Prata, quando a política externa podia freqüentemente significar guerra e estava ligada de perto à sobrevivência e integridade do país, a pasta dos Negócios Estrangeiros fosse com frequência exercida por homens políticos de primeira grandeza: Uruguai, Paraná, o primeiro Rio Branco ou Cotegipe, por exemplo. Em contraste, mais perto de nossa época tornou-se proverbial o interesse escasso de políticos de ambição por um ministério julgado como de peso insignificante no jogo doméstico de verbas, empregos e obras, que formam a trama do poder de influenciar eleições. Não sei se por desdém dos poderosos ou se porque a absorção nos problemas internos correu de par com a falta de informação sobre o mundo exterior, o fato é que se consolidou aos poucos quase uma tradição de entregar a política externa a homens saídos das universidades ou de alguma forma qualificados pela cultura a um maior entendimento do mundo.

Naturalmente, o exemplo mais marcante dessa tendência foi o longo reinado no Itamaraty do segundo Rio Branco, cuja inapetência e inaptidão pela política doméstica cedo o orientaram para uma espécie de auto-exílio que durou quase 30 anos. O Barão era acima de tudo um intelectual, um estudioso do Brasil, um historiador, cujo projeto era escrever a história militar brasileira. Seus grandes contemporâneos nos acontecimentos diplomáticos da época, parceiros, colaboradores ou adversários, eram todos homens de cultura: Joaquim Nabuco, Manuel de Oliveira Lima, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Clóvis Bevilaqua, Salvador de Mendonça, Domício da Gama, Graça Aranha e Araujo Jorge.

Essa tradição se manteve e desenvolveu, embora de forma e ritmo irregulares, nos anos subseqüentes e mesmo na fase pós-1945 é frequente os governos irem buscar os seus chanceleres entre juristas, historiadores, literatos, como Raul Fernandes, Macedo Soares, San Tiago Dantas, Afonso Arinos, para só citar os mortos.

Haveria, assim, nessa tipologia do diplomata-homem de cultura dois extremos: o dos que sacrificaram, como Guimarães Rosa, a carreira à obra literária e o dos que, como o Barão, renunciaram à obra em favor de uma ação que lhes absorveu e consumiu a vida. Entre esses dois polos, a posição de Merquior era inequívoca: seu desejo era coroar uma brilhante carreira de crítico e pensador com uma atividade renovadora na política interna e externa do país, unificando pensamento e ação.

Faltou-lhe, infelizmente, tempo. Não só o tempo físico, em razão da morte prematura. Como disse Ortega a propósito de Dilthey, não teve ele o tempo histórico e espiritual de que sua ação necessitava, já que o clima intelectual em que lhe foi dado atuar mostrou-se, em geral, hostil a seu liberalismo. Daí sua vocação de polemista em combate constante contra as hegemonias do momento, a posição um tanto à margem de sua geração, a precocidade de um liberalismo que só após sua morte começa a inspirar certos rumos da política interna.

A trajetória de Merquior quase poderia ser balizada por essas duas expressões: obra precoce, morte prematura.

Pouco antes do fim, no dia 17 de dezembro de 1990, tomei o trem em Genebra para ir a Paris ouvi-lo falar dos Cem Anos da República, na abertura de um ciclo organizado por Ignacy Sachs. Embora só tivessem passado duas semanas desde nosso último encontro, tive quase um choque físico ao revê-lo. Estava devastado pela doença; sua cor, seu olhar, seus traços faciais, sua extrema fragilidade e magreza pareciam de alguém que tivesse retornado da casa dos mortos. No entanto, quando começou a falar, sem texto escrito, sem notas, num francês límpido como água de fonte, o auditório se desligou do drama a que assistia. Durante quase uma hora, acompanhamos como a História do Brasil se renovava sob os nossos olhos através da sucessão e do entrechoque dos diversos projetos que os brasileiros sonharam para o Brasil, desde a independência. Terminada a palestra, foi a vez de Hélio Jaguaribe falar. Exausto com o esforço descomunal, José Guilherme cruzou os braços sobre a mesa e neles repousou a cabeça, no gesto de um menino debruçado sobre a carteira da sala de aula.

Na quinta-feira seguinte, dia 20, voltei a Paris para o seminário e à noite fomos, Marisa e eu, jantar com outros participantes do ciclo na residência da Missão junto à UNESCO. Foi, creio, o último aparecimento social de Merquior. Ele e Hilda se prepararam como para uma grande noite, com esmero e apuro em todos os pormenores. Nenhum sinal exterior de amargura, de auto-comiseração, de tristeza. Apenas uma ou outra vez algum comentário indireto deixava entrever que a erudição universal do dono da casa não ignorava nada da doença que o destruía. Sentou-se à mesa conosco, embora já quase não pudesse engolir nem mesmo liquidos. A conversa foi brilhante, espirituosa, animada. O tema principal foi o *Liberalism Old and New*, cujas provas tinha acabado de rever. O lançamento seria em abril de 1991 em Boston. Ficou contente quando lhe disse que Celso Lafer considerava que era seu melhor livro. Fazia planos para o lançamento, descrevia outros projetos intelectuais. Era, como no dia da palestra, um espetáculo impressionante, uma inteligência em estado puro amparada precariamente numa mínima base de matéria quase extinta, o triunfo do espírito humano sobre as contingências, a virtude da cultura em grau heróico.

Ao receber, dias mais tarde, a notícia de sua morte, lembrei-me da inscrição que li num túmulo do cemitério da aldéia de Céligny, próxima a Ge-

nebra, onde está enterrado Vilfredo Pareto. Na pedra, a mágoa sem remédio da pergunta de um marido inconsolável pareceu-me resumir a dor e a perplexidade de todos os seus amigos diante do aparente absurdo do derradeiro mistério: *Seigneur, pourquoi si tôt?*

Washington, 13 de fevereiro de 1992

Merquior: Dois Momentos e Duas Dimensões

Marcos Castrioto de Azambuja

O Iº CAE foi um divisor de águas. Refletia alguns impulsos renovadores (timoratos, quando vistos da perspectiva de hoje) e parecia (pensava-se, assim, então) conter alguns riscos para a ordem e a disciplina intelectual do Itamaraty.

Não é fácil recuperar em Brasília, em 1992, o *flavour* de Brasília em 1977. Valorizavam-se então, conceitos como "unidade de doutrina", e a própria noção de uma diplomacia cujos principais futuros agentes escrevessem teses nas quais o conteúdo intelectual fosse, em alguma medida, a expressão de um pensamento individual autônomo parecia potencialmente desestabilizadora de algumas das mais sagradas tradições da Casa.

Não era, então, possível imaginar diplomatas e atores dos cenários acadêmico, jornalistico ou empresarial interagindo, com naturalidade, e dentro de regras do jogo por todos aceitas e que fossem, a um tempo, razoáveis e flexíveis.

Diante dos temores que suscitava a interação "Diplomacia-Academia" – de que Gelson Fonseca se ocuparia na sua brilhante tese de 1981 – encontrou-se uma resultante que hoje seria considerada paradoxal: o Curso de Altos Estudos receberia as teses, que seriam submetidas e depois defendidas em argüições orais, no entendimento de que tudo se processaria sob o manto das mais estritas regras de sigilo.

Confrontado com a opção entre fazer e não fazer, o Itamaraty escolheu fazer, em silêncio, o que talvez constituísse o limite do possível naqueles idos.

Tudo que se produzisse teria o mais protegido acesso e ficaria sob a custódia do Instituto Rio Branco que guardaria os papéis em que se imaginava pudessem estar os germes do desafio à política externa brasileira, ou quem sabe à própria segurança do Estado.

Ao procurar recordar a atmosfera e as próprias deliberações desse Iº CAE, de que fui examinador, encontrei muito pouco que me pudesse ajudar

a reconstituir o clima dos exames e as regras do jogo. Ainda não existiam práticas que depois evoluiriam e em virtude das quais a documentação sobre cursos de safras mais recentes é ampla e de fácil acesso. Tudo o que ficou consignado do primeiro exame está contido em uma brevíssima ata que eu suponho tivesse também, *et pour cause*, caráter confidencial.

José Guilherme Merquior ofereceu-se ao exame como candidato espontâneo. Suas circunstâncias de carreira e os prazos muitos extensos que se ofereciam, até que a aprovação no CAE se fizesse condição *sine qua non* para a ascensão ao posto de Ministro de Segunda Classe, dispensavam José Guilherme dessa obrigação e dessa prova. Lembro, contudo, sua animação ao oferecer-se como candidato para o primeiro teste com aquela alegria que o fazia procurar quaisquer desafios intelectuais; lembro de sua convicção de que o sistema de seleção profissional e intelectual que, então, se implantava seria bom para a instituição e permitiria que através da nova instância qualificadora e com ampla medida de objetividade, o Itamaraty fizesse ainda melhor uma das coisas que sempre fez bem: hierarquizar talentos e pesar merecimentos.

O exame realizou-se no subsolo do Itamaraty e, pelas regras então em vigor, na presença de uma pequena audiência composta (e não seriam mais do que uma meia dúzia) de funcionários de maior antigüidade do que o candidato. O cenário não era prestigioso nem estimulante, mas a argüição de José Guilherme teve o fulgor e o brilho de tudo que ele fazia.

Era evidente que ele conhecia melhor o seu tema do que os seus examinadores e que a própria palavra "exame" não se aplicaria com propriedade à demonstração de virtuosismo que José Guilherme Merquior vinha fazer.

A sua tese – contração de trabalho de maior fôlego que então preparava para julgamento universitário – era sobradamente suficiente para os fins do CAE e seus conhecimentos sobre o tema iam muito além do que o texto escrito demonstrava.

Aqueles que nunca o ouviram falar e que agora só poderão lê-lo não imaginam o que era a vivacidade de seu espírito e como era extrema a felicidade de sua expressão oral. Se a inteligência e a erudição encontraram entre nós algum veículo perfeito para expressar-se, José Guilherme foi esse veículo. Procuro recuperar o José Guilherme daquele momento. Sempre me lembrou um daqueles querubins que nos bordos das antigas cartas náuticas sopravam os ventos e impeliam as naus. Uma outra maneira de dizer a mesma coisa: um duende *mischievous* e *impish* em que as artes e os talentos eram tão naturalmente entrelaçados, que havia sempre a idéia de que o pensar e o saber tinham a mesma surpreendente facilidade.

É curioso que o tema do José Guilherme no Iº CAE, o seu estudo sobre *O Problema da Legitimidade em Política Internacional*, tenha servido a seu modo e ao mesmo tempo para legitimar o curso que então se instalava, para ainda mais legitimar o autor na carreira que ele desejava fosse veloz-

mente ascendente, e para legitimar, enfim, o próprio Itamaraty como corporação de todas a mais aberta aos brilhos da inteligência e da cultura.

Com o seu ensaio para o CAE, José Guilherme Merquior prestou serviço importante a todos nós. A sua tese foi a primeira de uma das duas vertentes em que se dividiu, desde o início, o Curso de Altos Estudos: a das teses de alto conteúdo intelectual e acadêmico, em contraposição a toda a uma linhagem de teses de vôo mais curto (embora não menos relevantes) focalizadas em aspectos ou momentos específicos de nosso fazer profissional.

Se nos primeiros anos do CAE tivesse faltado a presença prestigiosa e voluntária daqueles que a rigor não precisavam enfrentar a banca, temo que o Curso dos Altos Estudos não tivesse sobrevivido ou se tivesse abastardado, servindo apenas como instância meramente burocrática de qualificação profissional.

A tese de José Guilherme logo no primeiro ano deu um tom e criou um patamar. Não aquele que deveria servir de peso e medida para muitos outros julgamentos nos quais não se poderia pretender a qualidade do papel de Merquior. Mas é evidente que, na demarcação das exigências e expectativas do Curso de Altos Estudos, a contribuição de José Guilherme marcou a altura, por onde deviam passar aqueles outros colegas seus que esperavam não apenas a aprovação, mas a confirmação pelos seus pares de suas aspirações de serem reconhecidos como estrelas do nosso firmamento.

Salto muitos anos e faço uma ponte entre essas recordações de José Guilherme de 1977 e as últimas que dele tenho, ao longo do ano de 1990.

Devastado pela doença, José Guilherme, com quem falava quase diariamente, conduziu um dos mais extraordinários combates de que fui testemunha. Acredito que ele procurou derrotar um câncer com as armas da razão e da inteligência. Procurava encapsular a enfermidade dentro de parâmetros tão claros, tão perfeitamente definidos, tão exatamente informados sobre as perspectivas boas ou más da evolução de seu mal, que pareceria que a própria doença se veria obrigada a ter um comportamento controlado pela lúcida racionalidade de José Guilherme.

Os amigos – e fui um entre vários – recebiam pelo telefone ou por escrito os boletins de saúde precisos que ele mesmo compunha. Tudo era rigor e método. Não sobrava espaço para a autocomiseração.

Que ele tenha perdido a batalha mostra como foram desiguais os termos da luta e mostra, talvez, como, diante da irracionalidade da doença e do arbítrio dos fados, as armas da inteligência são frágeis e em última análise impotentes.

Uma última recordação: ia para Bruxelas chefiando a Delegação brasileira ao que pretendia ser o encontro conclusivo da Rodada Uruguai do GATT e passei por Paris para estar com José Guilherme. Era dezembro de 1990, veio comigo de Brasília o Celso Amorim e lá se juntaram a nós, entre outros, Rubens Ricupero e Marco César Naslausky.

José Guilherme desculpou-se de não poder receber-me no Aeroporto, e disse-me que estava mobilizando todas as energias para o jantar que ia nos oferecer, à noite, em sua casa.

Nenhum de nós, convivas daquela noite, deixou de sentir estar diante de José Guilherme terminal e que prodigiosamente era capaz de ser, ainda por umas horas, o anfitrião perfeito, um homem com os encantos e sedução do século XVIII, cercado de bons livros e belas coisas, cortês e cortesão, mesmo naquela situação extrema.

Como sempre, falou de livros, leu trechos de livros, foi buscar livros, mostrou livros, citou livros e prometeu livros, sobretudo, aquele seu sobre a evolução das idéias liberais cuja publicação esperava com tanta antecipação.

Não foi uma noite triste. Lembro mesmo que me senti um pouco culpado, por permitir que os prazeres da inteligência e do convívio estivessem mais uma vez encobrindo a tristeza da já então irremediável situação de José Guilherme.

Falamos no telefone ainda várias vezes quase até o fim. Nosso último contato deu-se, curiosamente, depois de sua morte, quando chegou-me um livro seu (que mais poderia ser?) que certamente se extraviara em algum desvão do Serviço das Malas Diplomáticas do Itamaraty. Era a seleção de sua Crítica 1964-1989 e trazia-me votos de Boas Festas e uma dedicatória, retirada de Shakespeare que transcrevo e que serve como expressão literalmente acabada dos sentimentos da amizade que nos unia:

"Those friends thou hast (...)
Grapple them to thy soul with hoops of steel".

Brasília, abril de 1992.

José Guilherme Merquior: Um Depoimento Pessoal

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

A diplomatic is useful not only for what he does, but for what he is. Prestige is not action, but irradiation.
Daniele Varé, The Handbook of the Perfect Diplomat

Tive com José Guilherme Merquior um curioso encadeamento de coincidências e sucessões ao longo da carreira. Servimos juntos em Bonn, no começo dos anos setenta. Depois, vim a sucedê-lo no Gabinete Civil da Presidência da República, sob a chefia do Dr. João Leitão de Abreu. Em 1989, chamado a ocupar a minha primeira chefia de Missão, substituí-o no México, que também havia sido seu primeiro posto de Embaixador. E Merquior, por sua vez, assumiu a Delegação do Brasil junto à UNESCO, onde eu exercera por dois anos o cargo de Ministro-Conselheiro.

Não posso dizer que tivesse com ele uma relação íntima. Não cheguei a penetrar na sensibilidade e na emoção pessoal que se escondia detrás de sua inteligência irradiante. Nossos contactos, porém, foram freqüentes, intensos e muito amistosos. Convivemos como bons companheiros, ao longo dessa fascinante, surpreendente e por vezes imprevista estrada que é o serviço do Itamaraty.

Por essa e só por essa estrada andei. Merquior conheceu outros caminhos. Logrou o prodígio de conciliar uma rápida e bem sucedida carreira de diplomata profissional com não menos rápida e brilhante trajetória de pensador, escritor, crítico e militante intelectual. Fora do Brasil por longos anos, jamais se desprendeu dos meios políticos e intelectuais do país; jamais deixou de estar presente nos jornais, nas estantes das livrarias e nas polêmicas literárias e ideológicas brasileiras. Administrou suas duas vertentes, diplomática e intelectual, com maestria, engenho e sabedoria.

Em Bonn, no ano de 1970, coube-me, como encarregado da Administração, a tarefa de selecionar entre os auxiliares do Consulado de Stuttgart, em vias de extinção por medida de economia, alguém que pudesse ser aproveitado na Embaixada. Merquior chegara ao posto e não havia quem lhe ser-

visse de secretária. Trouxe de Stuttgart uma jovem brasileira de origem alemã, que voltara às terras de seus ancestrais trazida pelas ilusões de um casamento logo desfeito. Sem querer ou ter como voltar, arranjara emprego no Consulado, então chefiado por um funcionário administrativo. Este constituíra, até o momento em que apresentei a Merquior, sua única vinculação com o Brasil oficial. Das mãos de um funcionário administrativo, não conhecido propriamente por suas luzes, a moça foi parar na ante-sala de Merquior e posta a tomar ditados, a datilografar papéis e a dar telefonemas que a vertiginosa velocidade a exigência de nosso colega multiplicava constantemente. Na verdade, a única qualificação da moça para o emprego, como se disse certa vez de um político norte-americano mandado como Embaixador junto à Corte de St. James, era a de que sabia falar o idioma local. Merquior se exasperava e me cumulava de recriminações por haver colocado funcionária tão xucra sob suas ordens.

E a moça por fim um dia revelou a sabedoria e a inteligência que se escondiam sob o seu trato simples e ingênuo.

Estava Merquior ditando minuta de telegrama para a jovem quando foi interrompido:

– "Secretário: "sucessão" é com "ç", não é ?"

– "Não, minha filha", respondeu ainda pacientemente Merquior, é com dois esses"!

– "Ih!" comentou a moça, "não sei não"! O Cônsul em Stuttgart sempre escrevia com "ç"!

Mais adiante no ditado, uma nova interrupção:

– "Secretário: "jeito" é com "g", não é ?"

– "Não, minha filha", respondeu já impacientemente Merquior, "jeito" sempre foi com "j"! Não agrida o português !"

Mas a jovem não parecia convencida:

– "O Cônsul sempre escreveu "jeito" com "g"!"

– "Pior para o Consul !", exclamou Merquior e prosseguiu o ditado.

A terceira interrupção foi decisiva:

– "Secretário, "projeção" se escreve com "g" e dois "esses", não é? "Pelo menos" – já foi adiantando – "era como o Cônsul escrevia"!

A reação de Merquior foi de profunda exasperação: "A Senhora aqui escreve como eu mandar e não como escrevia o Cônsul – "projeção" é com "j" e "ç" e está acabado! "

Imperturbável, a secretária riscou o que havia rabiscado, reescreveu a palavra com a grafia determinada por Merquior e, balançando resignadamente a cabeça, comentou com um suspiro:

– "É ! cada um tem o seu estilo !"

No mesmo dia, ocorreu outro episódio em que a sabedoria da moça de Stuttgart ficou ainda mais evidente.

Andava por Bonn uma delegação de não me lembro qual Ministério. Cabia a Merquior o acompanhamento da delegação. Sucede que o nosso pes-

soal, quem sabe atraído por fixações de antigos clássicos do cinema, desejava fazer escala em Casablanca no regresso para o Brasil. Merquior pede então à mesma moça, que tão desafiadoramente punha em dúvida o seu conhecimento de ortografia, para telefonar à Embaixada do Marrocos e indagar se os funcionários brasileiros precisavam de visto para ingressar no país. A moça diligentemente faz a ligação e inicia longa conversação no mais puro idioma de Goethe com sua colega da Embaixada marroquina. A certo instante, porém, tampa o bocal do telefone e, com a cabeça atravessando a porta entreaberta da sala, pergunta ao chefe:

– "Secretário: estou aqui com a Embaixada do Marrocos no telefone. Eles querem saber se estes senhores do visto são diplomatas ou se são brasileiros normais !"...

Infinita sensibilidade a da pobre moça que, ao melhor estilo de Monsieur Jourdain, fazia análise e sociologia sem saber. Mal sabia ela quão verdadeiras eram as suas observações ! Merquior tinha, de fato, o seu estilo próprio e decididamente não era um brasileiro normal!

O Merquior que eu conheci era acima de tudo um homem de espírito donairoso. O que se poderia chamar de um atleta da inteligência, pronto a exercitar o seu brilho à menor provocação. Vigorosamente crítica, sua cabeça privilegiada estendia seu alcance a distâncias não facilmente perceptíveis pelos demais. Comunicativo, volta e meia parecia perdido no labirinto da sua solidão, para usar a imagem do seu amigo Octavio Paz: sagaz, astuto e carismático, com sua permanente cara de menino prodígio, impressionava pela rapidez com que passava do comentário frívolo e do gracejo para a observação cortante. Tinha a língua afiada em pelo menos cinco idiomas. E em todos eles expressava com desenvoltura idéias em permanente ebulição. Não se podia ser indiferente à sua presença, nem deixava ele de se fazer notar. Para agradar ou repelir, conforme os seus humores ou as suas inclinações intelectuais. Encantado consigo mesmo e fascinado por seu próprio talento, trabalhou como se fosse viver para sempre; viveu como se devesse morrer no dia seguinte. Tinha pressa. Aproveitava as ocasiões. Parecia pressentir a tragédia do seu destino.

No México, tenho encontrado por todas partes pegadas do seu gênio e reflexos de sua imagem.

Merquior veio parar no México, investido de sua primeira chefia de Missão, em momento de grandes transformações no país. Com o Presidente de la Madrid chegara ao poder uma geração renovadora, decidida a dar nova feição ao processo institucional do país. A vanguarda das transformações neo-liberais, que se consolidaria e se aprofundaria adiante com o Presidente Salinas de Gortari, veio ao encontro das idéias que Merquior buscava promover. Logo conheceu e tornou-se conhecido nas rodas intelectuais acadêmicas e políticas do México. Dividido entre a discrição de um diplomata profissional e a militância de um intelectual comprometido, viveu intensamente

o país em transformação que era o México já à época de sua chegada, em abril de 1987.

Profundamente vinculado com a América Latina, cuja literatura conhecia como poucos e a cuja crítica literária deu importante contribuição como ensaísta, Merquior percebeu no México uma síntese do grande e indecifrado enigma do Continente, um campo, portanto, especialmente fértil para o exercício combinado da atividade diplomática *e do quehacer acadêmico*.

Antecedera-o sua projeção como ensaísta e pensador político. Pelo conduto acadêmico, Merquior abriu com ainda maior facilidade as portas do mundo diplomático mexicano, tradicionalmente afeito à figura do diplomata-intelectual de que são exemplares, entre muitos outros, Alfonso Reyes Rosario Castellanos, Carlos Fuentes e Octavio Paz. Projetou-se como representante da inteligência, da cultura e da diplomacia do Brasil. Essa dimensão o colocaria no centro do debate intelectual mexicano. Publicou nas principais revistas intelectuais do México: *Vuelta,* de Octavio Paz e Enrique Krause; *Nexos,* de Aguilar Camín, e *Cuadernos y Libros Americanos,* de Leopoldo Zea, foram os veículos pelos quais Merquior projetou suas idéias, contribuindo de maneira original e vigorosa para o debate político, econômico, social e estético.

Merquior concebeu e realizou a iniciativa da constituição de uma Cátedra na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma (UNAM) destinada a aproximar expoentes intelectuais dos dois países e a difundir a cultura e as idéias do Brasil no México. Fundada em 1988, a Cátedra tomaria o nome de outro grande Embaixador e intelectual brasileiro, Guimarães Rosa. Acolhida com entusiasmo pelo mundo universitário, como um foro privilegiado de debate, a Cátedra Guimarães Rosa passou a constituir um marco especial no contexto das relações culturais entre o Brasil e o México. Dela me tenho valido com grande proveito. Em 1991, fiz dedicar sessão inaugural da Cátedra à memoria de Merquior. A meu convite, Enrique Krauze dele pronunciou um belíssimo perfil, intitulado "O Esgrimista Liberal, posteriormente publicado em Vuelta.

Poucos como ele tiveram visão e capacidade para utilizar os bens culturais e as idéias como veículo de aproximação internacional. Ao publicar artigos, editar obras, dialogar com elites culturais, Merquior expandiu os limites da atuação diplomática tradicional, incorporando ao referencial brasileiro no México imagens e percepções de uma solidez e de uma profundidade sem precedentes.

Mais do que o diplomata profissional que representa corretamente o seu Governo perante outro, Merquior foi uma espécie de enviado extraordinário da cultura e do pensamento brasileiros no México.

Se com sua presença e atuação no México Merquior daria uma contribuição importante e reconhecida ao debate de idéias no país, também a sua obra seria enriquecida com a experiência mexicana. Não apenas pela desenvoltura com que circulava nos meios intelectuais e culturais mexicanos, mas

porque viveu no México o início de uma etapa de profundas transformações. Merquior extrairia uma rica interação do seu duplo papel de diplomata e intelectual. Sua visão crítica do Continente, sua exasperação com a marginalidade latino-americana e sua militância neo-liberal parecem ter-se acentuado em função de sua experiência mexicana.

Como Embaixador no México, coube-lhe gerenciar uma etapa importante nas relações bilaterais, marcada por duas visitas presidenciais. Na Embaixada, deixou entre os funcionários que com ele conviveram, ademais da recordação do brilho intelectual, a imagem de uma faceta às vezes desconhecida da sua personalidade – o humor e a veia histriônica. Mordaz quando polemizava, esgrimia a ironia e o sarcasmo com a mesma maestria com que utilizava as idéias do seu vasto patrimônio do saber. Na comunidade diplomática e no Tlatelolco, deixou a marca do seu nome e de sua personalidade.

Já doente terminal, veio ao México convidado por Octavio Paz para um simpósio. Acabava de ser operado em Boston. Sua aparência física debilitada não deixava dúvidas quanto à gravidade da doença que, ele mesmo, em atitude que traía o seu bem administrado narcisismo, descrevia com minúcias angustiantes. Sua cabeça, no entanto, permanecia lúcida e privilegiada. Brilhou com intensidade, deixando em seus numerosos amigos mexicanos sensação de saudade antecipada.

Vi-o por última vez então. Veio com Hilda almoçar na Residência da Embaixada. Andou pela casa com a nostalgia de quem busca o tempo vivido. No dia seguinte, levei-o à Chancelaria. Ele havia sido o promotor da compra do imóvel ora ocupado pela Chancelaria. Uma bela casa construída nos anos vinte por um ex-Presidente do México. Fascinava-o sobretudo o cômodo originalmente utilizado como sala-de-jantar e que ele destinara, na reforma da Casa, ao Embaixador. Uma sala bem ao gosto da burguesia afrancesada mexicana oriunda do "Porfiriato". Lambris de madeira, vitrais coloridos, uma importante lareira flanqueada de pesados aparadores e uma cristaleira solene. Ao centro uma avantajada mesa, rodeada de cadeiras forradas de pano bordado em ponto-de-cruz. Nas paredes, acima dos lambris, uma tapeçaria representando cenas campestres de estilo romântico.

Por alguma razão misteriosa, a sala exercia fascínio sobre Merquior. Talvez correspondesse a alguma imagem ancestral ou a algum território proibido na infância. Zangou-se comigo ao dar-se conta de que havia transa sala do Embaixador para outros cômodos. Pediu-me que o deixasse a sós na sala. Lá ficou uma boa meia hora, às voltas com as sua lembranças e as suas sensações. Parecia sereno ao sair.

Nunca mais o vi. Poucos meses depois, ele nos deixaria definitivamente. Seu nome, porém, está gravado no bronze da placa de inauguração, à entrada da casa. Vejo-o sempre ao chegar para trabalhar. Todos os que ocuparmos este posto estaremos cotidianamente lembrados de sua passagem por

terra mexicana. Pelo que deixou construído e pelo que deixou sentido. Pelo que fez, disse e escreveu. Pela inspiração e pelo desafio que representa sucedê-lo.

México, fevereiro de 1992

Introdução ao Texto *O Problema da Legitimidade em Política Internacional*

Gelson Fonseca Jr.

Este texto – *O Problema da Legitimidade em Política Internacional* – é, talvez, a única reflexão teórica de Merquior sobre relações internacionais. Não o escreveu como intelectual, para o debate público, mas com vistas a cumprir um dos requisitos necessários para a promoção a Ministro de Segunda Classe na carreira diplomática. Cumpriu-o, aliás, espontaneamente.

Em 1977, o Ministro Azeredo da Silveira resolvera reformular os critérios de promoção, dar-lhes sentido mais objetivo, fazendo com que as qualidades intelectuais do diplomata fossem testadas e contassem efetivamente. Para isto, estabelecera, no Instituto Rio-Branco, o Curso de Altos Estudos (CAE). O Conselheiro-candidato deveria apresentar um trabalho escrito, sobre um tema de relações internacionais, que seria examinado por uma banca, composta de dois diplomatas e um professor universitário. A primeira banca era integrada pelos hoje Embaixadores João Clemente Baena Soares, Orlando Carbonar e Marcos Azambuja. A presença acadêmica era do Ministro Francisco Rezek, professor de Direito Internacional, da Universidade de Brasília.

Merquior, Conselheiro em Londres, e começando o segundo doutorado, agora em Ciência Política na *London School of Economics*, apresentou o seu trabalho sobre legitimidade em política internacional, justamente ao I CAE. A rigor, para ele, o Curso ainda não era exigência obrigatória. Os Conselheiros tinham um período de graça de cinco anos, a partir dos quais, sim, a exigência do Curso se tornaria requisito indispensável para, como se diz no jargão burocrático, a ascensão funcional. Merquior não precisaria prestar o curso já que certamente chegaria logo à promoção (o que de fato ocorreu, em 1982).

Merquior não resistiu ao desafio intelectual. Afinal, como se qualificava na introdução ao trabalho, era "mero recém-chegado ao estudo da Ciência Política", e a oportunidade de afiar instrumentos para criações maiores era

perfeita. De outro lado, fazer o exame valeu como um gesto de elegância e companheirismo. Certamente não se sentiria bem se fosse promovido sem cumprir logo um requisito intelectual.

O que dizer do trabalho sobre legitimidade? Será apenas um capítulo singular e menor na produção de Merquior? Teria sido melhor deixá-lo nos arquivos do Instituto Rio-Branco, para sempre classificado com um rótulo de "secreto" (pois assim se qualificavam, nos primeiros exames, os trabalhos)? O episódio de curiosidade "forçada" pela teoria de relações internacionais ainda merece atenção?

Estou convencido de que o trabalho deve ser lido, e não como mera curiosidade. De fato, interessa, em primeiro lugar, como momento inicial de uma reflexão maior sobre legitimidade, que vai aparecer, em forma definitiva, no ensaio sobre Rousseau e Weber, sua tese de doutorado na *London School*.

Em segundo lugar, porque o texto traz, em múltiplas expressões, as melhores qualidades de Merquior. A primeira é a própria escolha do tema, difícil, desafiador, longe dos arquivos que ofereciam, nos dossiês diplomáticos, a seleção de trabalhos evidentes. Depois, dentro do tema, Merquior procura os caminhos analíticos mais complexos. A questão da legitimidade tem um tratamento ortodoxo, que se fixa no exame das condições que se exigem de um Estado para que participe plenamente da vida internacional. Historicamente, sucedem-se os critérios dinásticos, depois, os da soberania popular, os da adesão ideológica para definir o padrão da legitimidade.

Merquior vai além. Dá dinamismo à análise ao entender a legitimidade como um dos aspectos do que ele chamava a "analítica do poder", transformando-a, conseqüentemente, em recurso de poder. Deixa de ser uma porta de entrada no jogo internacional para ser um dos elementos que dá vida ao jogo político, uma de suas peças centrais. A "aplicação" de sua concepção ao conflito Leste-Oeste é absolutamente atual.

Mostrando que o problema contemporâneo da legitimidade pede, nos limites nacionais, a consideração da eficácia, e, no plano internacional, o exame da interdependência, conclui, com razão, que "... os problemas tópicos internacionais de legitimidade ocorrem num quadro em que, de maneira muitíssimo mais complexa do que outrora, as próprias legitimidades nacionais, em larga medida, se internacionalizam". As conseqüências para a disputa Leste-Oeste são inevitáveis, e Merquior diagnostica, seguindo A. Todd, que, nos anos setenta, o equilíbrio estratégico dá sinais de principiar a favorecer Moscou, enquanto, em compensação, "... não há dúvida de que é o Ocidente, rico e liberal, que constitui uma permanente ameaça político-ideológica aos olhos da ideocracia soviética". A sua tese, em 1978, de uma ilegitimação crescente do socialismo de estado em todo o mundo industrial, viria a ser plenamente comprovada no fim dos anos 80.

Outro traço muito característico dos textos de Merquior – e que reaparece na tese do CAE – é o de buscar sempre o diálogo com a melhor autori-

dade. Procura a formulação mais articulada de uma determinada tese, e, nela, encontra os defeitos, as contradições que deveriam ser superadas para se dar um passo adiante no processo de conhecimento. Neste sentido, o trabalho é rico pelas análises argutas que faz do realismo, das teorias sistêmicas, e, sobretudo, das teorias da legitimidade. Mas, lendo-o com olhos de diplomata, não se poderia deixar de registrar o diálogo, rápido, mas interessante, com o Embaixador Araujo Castro e com Celso Lafer. Está às páginas 23 e 24, do texto. Castro, como nós o chamávamos, morrera em 75, mas seu pensamento oferecia ainda, com a noção de **congelamento de poder,** a mais sofisticada interpretação diplomática das relações internacionais da *détente*. Merquior a completa, mostrando como se vincula às idéias de Lafer sobre a **disjunção entre ordem e poder,** que ele qualifica como o cerne da crise de legitimidade no sistema internacional. Em um e outro autor, ele colhe bons argumentos para demonstrar o que chamava a perspectiva objetivista "crática" da legitimidade (como um recurso de poder). A tese do **congelamento** oferece, de um lado, uma interessante linha de reflexão, pois é capaz de combinar, no marco da dialética de poder, a perspectiva nacional e a estrutural (é um feitio do sistema que cria limitações para a ascensão de determinados países); de outro lado, guarda o sentido crítico e constituiria, assim, uma "abreviatura crítica do então perfil de ilegitimidade do sistema internacional."

As qualidades do polemista também aparecem na tese. Lembro dois trechos, que, pela contundência e pela ironia, só poderiam ter sido escritos por Merquior. Falando da pobreza teórica das relações internacionais, diz que são "...território acadêmico volta e meia ocupado por teorias que não passam de primas pobres parasíticas, porém altamente pretenciosas, da nossa já dúbia e precária Ciência Política e tendem com grande freqüência a agravar a arrogância metodológica de que esta última é vezeira". Mais adiante, ao concluir uma arrasadora crítica das teorias sistêmicas: "No interior de Minas, constuma-se alcunhar de 'sistemático' o louco. Sem ir tão longe, pode-se dizer que os fanáticos do sistêmico, em relações internacionais, figuram entre os teóricos mais fantasistas e intelectualmente menos responsáveis (além de passavelmente pedantes)."

Em uma palavra, a tese vale ser lida. Não é um trabalho definitivo, não tem o peso analítico de outros textos, mas guarda as virtudes de estilo, de interpretação sempre sutil, inovadora, que aparecem em todos os escritos de Merquior. Já é um ensaio que anuncia o melhor da **maturidade liberal.**

Para nós, diplomatas, estudiosos de relações internacionais, fica a frustração de que este texto seja singular, não tenha dado outros frutos. O que Merquior escreveu sobre política internacional estará disperso em telegramas e ofícios, das séries de Londres, de Paris, de Montevidéu, de Bonn, do México, da UNESCO, ainda inacessíveis. Embora longe do feitio analítico, é bem verdade que Merquior escreveu um outro texto diplomático. Em dezembro de 63, nas cerimônias de formatura, ele foi o orador de sua turma do Curso de Preparação à Carreira Diplomática, e, naquele discurso, também

reproduzido neste livro, faz uma bela, e vigorosa e retoricamente jovem, defesa da não-intervenção. Ele já vê o trabalho político da perpectiva da razão e o tema da presença brasileira no Ocidente encontra uma primeira referência. Faz uma belissima homenagem a San Tiago Dantas, o paraninfo da turma, de que vale reproduzir um curto trecho: "...vos elegemos pela lúcida verificação do equilíbrio, que em vós se dá, dessas duas disposições radicalmente essenciais ao Brasil moderno, se o Brasil quiser fazer-se realmente moderno e não apenas viver por aí. Visão e razão; realismo racional; sensibilidade que desperta o querer, e vontade que atende sempre ao concreto". Ele mesmo, Merquior, não terá sido infiel a esse modelo.

Na série de artigos semanais para *O GLOBO*, publicados a partir de fins de 1989, há material sobre questões internacionais, vistas não pelo ângulo da teoria mas pelo prisma das análises de conjuntura, interpretadas, para usar uma expressão de Enrique Krauze, pelo "esgrimista liberal".

A temática dos artigos é amplíssima e a opinião, sempre polêmica. Falam de personalidades, como Thatcher e De Gaulle; da história contemporânea, analisando as transformações na Europa e o declínio americano; examinam temas mais abstratos, como as relações entre a economia (mercado) e a política (Estado); entram pela economia ao discutir a questão da dívida e do protecionismo; levantam problemas brasileiros, e muitíssimos outros. Aqui, valeria simplesmente registrar que talvez uma das linhas que tece o conjunto é a da realização das liberdades. O mundo vive a "era da liberalização". No último artigo da série, faz um curto comentário às teses de Fukuyama sobre o fim da história ("A História tem ... sentido, mas não um sentido: e muito menos uma direção geral e suprema, onde fato e valor, acontecimento e bem, se identificam") e conclui que, se não vivemos o triunfo completo e ubíquo das liberdades e dos liberalismos, assistimos a uma "vitória histórico-mundial da idéia liberal". ("O Sentido de 1990", *O GLOBO*, 30-12-1990). Os movimentos históricos têm uma ambigüidade natural. E, diz Merquior, a revolução européia é uma "ode à liberdade, mas suas implicações nem sempre são idílicas", sobretudo se pensamos nas dificuldades de rearticulação do mapa geopolítico europeu.

É claro que esse movimento de vitória liberal teria, naturalmente, repercussões sobre as condições de legitimidade em política internacional. Merquior não tratará direta e explicitamente dessa questão nos artigos – afinal, eram peças jornalísticas, circunscritas. Mas, ficam claros os ecos da tese em diversos momentos.

Em três artigos sobre a "A Perestroika na História", publicados em março de 1990, Merquior revisita a questão da estagnação econômica da União Soviética, e mostra como a própria natureza do regime bloqueou as possibilidades de desenvolvimento. As idéias também comandam a economia. A afirmação é contundente e precisa: "Um dogma central do materialismo histórico, segundo Marx, é que um modo de produção não consegue sobreviver por muito tempo se se torna um obstáculo ao desenvolvimento

das forças produtivas. Marx acreditava que isso estava acontecendo, ou prestes a acontecer, com o capitalismo vitoriano. Mas o certo é que foi exatamente o modo de produção instalado na URSS em seu nome que virou uma senhora algema em cima do potencial de produção".

A legitimidade está, no mundo moderno, vinculada à eficácia e esta se torna, assim, um ponto de apoio necessário à participação relevante nos processos internacionais. Num texto especialmente expressivo, sobre a política externa de De Gaulle – que, como diplomata em Paris, seu primeiro posto, analisara durante cinco anos, de 1965 a 1970 –, Merquior sublinha o feitio modernizador da ação do General. De Gaulle compreendera que a restauração do conceito internacional da França exigia sucessos econômicos e tecnológicos e não vantagens territoriais. Afinal, dirá, "De Gaulle se recusou o papel fatal de bancar um Salazar em ponto grande" ("Relembrando o General", *O GLOBO*, 10-06-1990).

O tema da eficácia também está presente numa análise interessante sobre as perspectivas internacionais do Brasil quando mostra que a projeção do País como a grande economia do Sul dependia essencialmente de colocarmos a casa em ordem, termos a economia estabilizada, de sermos economicamente eficazes. ("Perspectiva Internacional", *O GLOBO*, 21-01-1990).

Merquior, como ensaísta e polemista, evitava a política internacional, especialmente se a entendemos como os jogos de poder entre Estados. Como vimos, nos exemplos anteriores, preferia as perspectivas globalizantes. Era o que aconselhava a sua condição de diplomata e o que prescreviam as tradições do Itamaraty, que respeitava com fidelidade. De outro lado, lendo o trabalho para o CAE, ficamos com a impressão de que, para alguém com a vocação para esmiuçar a "vida das idéias", o mundo das relações entre Estados oferece pouco: não é matriz de teoria, no sentido forte do tema; é coisa de práticos.

Um outro sinal de seu distanciamento dos assuntos acadêmicos de política internacional foi o convite que ele me repassou para escrever um texto que a *Millenium – Journal of International Studies* havia encomendado a ele sobre o estudo das relações internacionais do Brasil. O texto saiu, inevitavelmente, sem o brilho que o convidado original lhe conferia se tivesse aceito.

Finalmente, uma palavra pessoal. Normalmente, os prefaciadores cumprem o seu papel ao apresentar obras de discípulos. Aqui, deu-se o inverso. Escrevo pela circunstância da admiração, da amizade, do respeito por Merquior, e pelo fato talvez de ser hoje o mais veterano dos examinadores do Curso de Altos Estudos. Ele é o mestre, eu, o aluno. Mestre antigo. Conheci Merquior nos idos de 60, quando, no ostracismo depois de março de 1964 (implicaram com uma exposição sobre Cuba que ele ajudara a organizar), trabalhava em funções burocráticas no Itamaraty do Rio. Nesse momento, ele anuncia, num jornal carioca, que se colocava à disposição de nefelibatas que quisessem ter aulas de estética. Procurei a palavra no dicionário, e achei que

casava comigo. Quanto a Merquior, era conhecido mesmo por quem somente lesse as páginas esportivas dos jornais. Antecipando uma observação de Raymond Aron (*"Il a tout lu"*), Nelson Rodrigues repetia, vez por outra em suas crônicas, a história de um jovem que nascera com 900 anos de idade. Afinal, só alguém com tantos anos teria sido capaz de ler o que Merquior já tinha lido. O saber do professor, inesgotável, se combinava com a clareza e a vivacidade da exposição, com o gosto da ironia, com a criação de um clima de simpatia, que deslumbravam. Aliás, Afonso Arinos dizia que Merquior falava como Portinari pintava: os traços eram rápidos, precisos, claros, e, ao final, o quadro saía surpreendente e belo. Em Merquior, o quadro equivalia a seus brilhantes ensaios verbais, acabados, impecáveis. O cenário das aulas era o seu apartamento no final da Almirante Alexandrino, em Santa Teresa, com uma vista esplêndida para a Zona Norte carioca. As paredes eram só estantes que expunham, para os meus dezoito anos, todo o saber universal.

Os poucos que assistimos àquelas aulas encontramos uma personalidade de irresistível fascínio e inteligência. As oportunidades de convívio que tive com ele ao longo da carreira só confirmaram as inúmeras razões de admiração.

Brasília, fevereiro de 1992

Textos sobre Relações Internacionais de José Guilherme Merquior

Discurso como Orador da Turma do Instituto Rio Branco de 1963

José Guilherme Merquior

O que se espera da palavra da mocidade, disse nosso sábio paraninfo, é, "não o calor do entusiasmo", mas alguma coisa de superior a isso – alguma forma de a juventude revelar uma essencial seriedade, uma decisão racional. Raros terão sido os praninfos capazes de tocar tão de perto a simpatia de jovens; com efeito, a nenhum espírito moço agrada ver que se lhe endereçam esperanças que não vão além do reconhecimento das qualidades meramente biológicas da juventude; e a todos os jovens é grato compreender que se espera deles não apenas que sejam moços, mas sobretudo que sejam homens.

Se apesar disso se evidencia aqui o pulso de um estado de ânimo ainda não dominado inteiramente pela razão, é porque, nesse início de discurso como nesse começo de carreira, vive em nós ainda insuperada uma certa oscilação sentimental, uma hesitação de mudar, uma flutuação de estréia. Do Rio Branco para o Itamaraty, nos momentos não totalmente cumpridos dessa passagem, é o sentimento que prevalece. Rousseau encontraria nisso um momento de eleição para a vida sentimental, para aquela suavíssima *douce vie de l'âme*, tempero apropriado de meditações e de afetos. Porém não é menos verdade que já para esse trânsito da aula para a chancelaria, houve forças que nos encaminhavam seguramente no sentido da estabilização, da conquista da calma, da vitória sobre esse primeiro e natural sem-jeito de noviços diplomatas. O próprio Instituto Rio Branco acolheu essas influências; e foi à cabeça do mesmo Instituto, dono de uma serenidade experiente e amiga, que nós deparamos com o principal exemplo: o Embaixador Antonio Camillo de Oliveira. Creio até que uma confissão – esta cerimônia guarda sempre um caráter confessional – diga melhor dessa nossa receptividade coletiva com que o nosso Diretor era contemplado, nos dois anos de ensino do Rio Branco. E que, ou muito me engano, ou nenhum de nós deixou de aperceber-se de que a atitude, para nós modelo, da pessoa do Embaixador, nele

talvez nem fosse querida como tal. Ficamos com a impressão de que não era, aos olhos de quem o exercia, um comportamento didático. O Embaixador não ensinava: o Embaixador era, simplesmente – e ao ser, ao limpa e meramente estar, oferecia-nos sem intenção, com a plena aparência de uma naturalidade, o padrão de conduta que uma vez atingido representaria para nós o cessamento daquela bisonha e flutuante indecisão da estréia.

Que mais poderá contribuir para essa consolidação de nosso ânimo, em especial agora, quando já empreendemos as atividades profissionais? Nenhum estímulo será maior que a sugestão que constitui, para diplomatas recentes, a prática política da nova diplomacia brasileira. Sentimos que é possível fazer, dessa moderna e tão ampla concepção de política externa, um motivo de incitamento ao trabalho criador. Está conosco a certeza de que uma tal definição de nossa existência entre outras nações revigora por si só o mais legítimo interesse que possa ter alguém em servir nesta carreira; assim como a convicção de que o poder estimulante de uma tal orientação política nasce da firme conexão que se estabelece entre a nova diplomacia brasileira e a realidade social mais autêntica do Brasil contemporâneo. Da nova política externa já se disse que é uma projeção do ser interno do país. Mas o que é necessário afirmar, com ênfase cada vez maior, é que a veemência dessa relação confere, precisamente, à diplomacia nacional um caráter de força motriz da política brasileira, numa dialética de profunda significação social. Quanto mais se alimente da vida interna do Brasil, quanto mais nutrida e abeberada na fonte dessa intimidade, mais será nossa política externa um instrumento agudo de política interna, um tema eficaz para intervir com felicidade na condução de nossa problemática. Desde Alexandre de Gusmão, a diplomacia em que se acha envolvido o Brasil revelou-se capaz de erigir-se em motor da unidade nacional. À consecução da unidade do território sucede hoje, nas tarefas mais importantes do nosso comportamento diplomático, a conquista de uma unidade social, integração de que acaso não participem uns poucos, mas que será, de qualquer forma, uma síntese vastamente legítima das mais vivas entre as forças da sociedade brasileira. Permiti que eu me utilize desta hora, em que a sinceridade deve ser a tônica, para afirmar que foi o entendimento, nessa forma, do que representa e simboliza a nossa nova diplomacia, que nos trouxe, à maioria de nós, motivos permanentes de alegria em poder participar da sua execução. Uníamos, à ciência das raízes fundamentais nacionais da política externa, a consciência de que disso mesmo ela retira a faculdade de influir no processo de obtenção de um Brasil mais e melhor integrado. Para nós, pretendentes a associados executores dessa linha de diplomacia, nada foi mais caro do que poder constatar o seu valor formativo, o seu papel de relevância nos negócios interiores de nosso país. Por isso não a encaramos em termos polêmicos, ou, se tal, somente nos termos de uma superior polêmica da nacionalidade consigo mesma, e não de facções ou de partidos entre si. Por isso ela revestiu sempre, a nossos olhos honestos, o valor insubstituível de um patriotismo acima de toda e qualquer patriotada.

Uma coisa ressalta na consideração da correlação dialética entre a política externa e a interna, uma coisa que tem o sabor de um grande conceito filosófico. Ainda há pouco, na nítida palavra do nosso Paraninfo, a adoção do princípio de autodeterminação dos povos ficou justificada pela compreensão de que as modificações sociais e políticas devem reger-se por um movimento interior, endógeno, de dentro – jamais pela imposição, desde fora, de formas ou estruturas de governo e de vida social. Estamos diante do conceito de um movimento social orgânico, contrário a alterações mecânicamente impostas. Nosso desejo é retomar esse conceito, para surpreender-lhe uma outra face, também esta ligada à questão do estilo operacional de uma política interna. O tema do movimento social orgânico foi, como é sabido, de larga aplicação na filosofia da história de inspiração romântica. Com ele o historicismo romântico exaltou as forças internas da evolução social, repelindo as grandes decisões políticas que, em caráter revolucionário, desprezassem o lento prosseguir acumulativo dos costumes e da tradição. Esse último ponto deixava claras as origens conservadoras dessa visão da História. Nada a ilustrou melhor do que a oposição que fêz a Escola Histórica, à frente de qual se colocou Savigny, à confecção de um código civil alemão, onde os princípios da sociedade burguesa triunfassem sobre as bases jurídicas do *Ancien Régime*. Ora, a referência às origens do conceito de movimento social orgânico indica justamente as diferenças entre o seu uso romântico e a nossa própria concepção: porque, para nós, o reconhecimento da imprescindível organicidade da evolução social, da indispensável autonomia dos movimentos políticos nacionais, não implica, absolutamente, em hostilidade à intervenção da vontade política nesses mesmos movimentos e naquela mesma evolução. O romantismo conservador defendia a organicidade da História do gesto revolucionário, volitivo por excelência. Nós defendemos o caráter orgânico da vida social com a intervenção política. Não compreendemos que o fato de todo desenvolvimento social verdadeiro se dar de dentro para fora, com rejeição de intromissões alheias, exija desse desenvolvimento um curso de onde esteja ausente a vontade ordenadora. Compreendemos, isso sim, uma substantiva união entre ambas as coisas: movimento social autônomo e dirigido, querido pelo povo e pelo poder que ele constitua. E assim como no plano internacional advogamos a autodeterminação, assim no plano nacional repelimos a idéia de uma evolução cega, inefavelmente desdobrada, e exaltamos em seu lugar o valor das decisões politicas que canalizam a inspiração profunda da sociedade, as direções autênticas do povo, as surpreendidas potencialidades do país. Esse é o nosso tema de movimento orgânico, permeável à vontade política. A ele se referiu nosso Paraninfo, quando mostrou que à geração dos violentadores da realidade em nome de uma razão pura, e à geração dos realistas empíricos, sucede agora a necessária época dos que conjugam a visão do real com a razão organizadora do real.

Quando esta classe do Instituto Rio Branco vos escolheu paraninfo, Ministro San Tiago Dantas, quis marcar com a escolha uma homenagem ao

principal condutor da nova política externa, que a mesma classe entendia, como entende, possuir aquele poder de simultaneamente exprimir e construir a vida brasileira. Mas estou certo de que a vossa indicação comportou ainda outros significados. A tal ponto vos identificais com a feição essencialmente racional dessa política, que é difícil pensar que a vossa própria personalidade, e não apenas a pública, não tenha sido ponderada na mente dos que vos elegiam. Vós sois, de há pouco, oficialmente, mas na realidade, de muito mais longe, o homem de visão. Mas tendes sido louvado, sobretudo, como o homem de razão, e é especialmente essa virtude, entre nós ainda mais escassa que a outra, que vos tem feito tão precioso ao país. O que sustento agora é que vos elegemos pela lúcida verificação do equilíbrio, que em vós se dá, dessas duas disposições radicalmente essenciais ao Brasil moderno, se o Brasil moderno quiser fazer-se e não apenas viver por aí. Visão e razão; realismo racional; sensibilidade que desperta o querer, e vontade que atende sempre ao concreto. Por essas virtudes, que nos são ideais, é que nos foi tão fácil escolher um paraninfo em quem a execução de uma idéia política ressoava tão harmoniosamente em sua própria figura humana.

Demoremo-nos um pouco na consideração da síntese de realismo e de racionalidade, esteio psicológico do político que o Brasil reclama. Por que é que a razão, outrora idealista, outrora abstrata, outrora impeditiva do realismo, é atualmente capaz de conviver com a visão do mundo concreto? A resposta a essa pergunta está em que a razão moderna alimentada no realismo, é uma racionalidade eminentemente histórica. Só os intelectuais que tenham aprendido um fundamental respeito pela História serão habilitados a manejar racionalmente os dados da realidade. A consciência moderna se define pelo reconhecimento de suas situações temporais. Recusa-se à adoção de categorias fixas; repele a aplicação de apriorismos ao exame do real. Quer compreender os motivos históricos do comportamento social, que sabe ser por eles, em alto grau, condicionado. Merece mesmo o nome de razão histórica. E para merecê-lo, supera de muito os procedimentos do simples moralismo político. O vezo de julgar a realidade social por padrões exclusivamente, imediatamente morais é o tipo de atitude a ser substituída com urgência pela intelectualidade responsável de uma sociedade moderna. A imputação das deficiências sociais a supostas e pecaminosas corrupções dos homens, sem levar em conta o conteúdo histórico das próprias falências humanas, atesta a ocorrência de uma concepção arcaica de sociedade, onde se jogam idéias puramente atemporais e onde se esquece que o pensamento contemporâneo substitui à velha fórmula da "natureza humana", inflexível ante a variação de tempo e de lugar, a expressão, muito mais rica, de uma **condição** humana. Porém o pior vício do moralismo não está nessa cegueira, nessa sua enorme limitação como conhecimento. Paradoxalmente, reside no seu próprio conteúdo moral.

De fato, o moralismo é uma ética da estreiteza e da intolerância. Ao revelar-se inepto para a percepção da realidade histórica em seu todo, a atitude

moralista se precipita em julgamentos tão rígidos quanto apressados, e contribui como nenhuma outra para o reforçamento de uma conduta de intolerância. Ao atribuir defeitos, não a estruturas sociais transformáveis e corrigíveis, mas a uma imutável natureza humana, o moralista encontra sempre menos justificativa do que razões para a condenação, para a censura surda, para a catônica agressividade dos que não sabem desculpar.

Mas, favorecendo desse modo as manifestações da intolerância, o moralista põe em perigo os mais altos valores éticos do mundo atual, valores ligados à própria sobrevivência da humanidade. Propício à intolerância, o moralista é um inimigo potencial da paz. Não digo que não lhe interesse, conscientemente, a coexistência. O certo é que, ao incentivar uma visão do mundo de feições rígidas e apaixonadas, o moralista se constitui como entrave à verdadeira atmosfera do convívio, ameaçando, ainda que inconscientemente, a preservação da paz e da concórdia. A mesma vocação negativa se exprime quanto aos riscos da liberdade. Também ela corre perigo nas mãos do moralista; porque, a despeito de proclamá-la, ele nunca leva em conta que uma essencial manifestação da liberdade é a que se dá históricamente, em várias formas, numa variedade justamente irreconhecida pelo moralismo e seus padrões uniformes de valor. A razão histórica, essa sim, consciente da variabilidade das formas sociais, e que pode usar da liberdade funcionalmente, até como estratégia, como maneira de responder, sempre flexível, a diversas solicitações de diversas situações. No contexto de um mundo tão diferenciado como o contemporâneo, a liberdade representa antes de mais nada essa maior elasticidade, que é, em suma, uma maior capacidade de escolha, eis porque estamos inabalavelmente convencidos de que a liberdade interessa ao verdadeiro ideal de transformação da sociedade – exatamente na medida em que ser livre significa poder fazer, do governo de um povo, uma antena ultravibrátil, pronta a captar os primeiros indícios de toda aspiração coletiva. A história mais recente do Brasil tem como nunca acentuado essa inigualável função social de um regime de liberdade; tem demonstrado, mesmo aos mais céticos, quanto pode a democracia fazer-se ainda mais democrática, como uma forma que se preenche cada vez mais de significações e de valor.

Se a nova política externa é assim tão estimulante para nós, se ela intensifica a esse ponto as possibilidades criadoras da diplomacia brasileira, é porque, como vimos, ela se insere, com perfeita congruência, na vida nacional da atualidade. Mas a correspondência entre política externa e temas internos é paralela à correspondência entre jovens diplomatas e juventude brasileira em geral. É claro que me refiro a uma juventude de caráter muito mais histórico do que simplesmente cronológico: mocidade de espírito, e não do registro civil; como está, aquela coincide natural, mas não necessáriamente. A inquietação dessa juventude tem sido algumas vezes incompreendida ou deturpada. Há uma visão **pânica** da juventude, segundo a qual o desregramento da mocidade moderna exprimiria o caos, a decadência irresistível, do mundo de hoje. Há uma visão **cíclica** da mesma juventude, menos antipática

porém não menos errônea, segundo a qual todos os "excessos" da juventude contemporânea são agitações naturais da idade, aquietáveis com o tempo, esfriáveis pelo simples passar dos anos. Nosso Paraninfo teve, ao fim de seu discurso, a gentileza de desmentir essa ilusão. Não quis ele ver, em jovens, apenas o entusiasmo. Deste, nem fez questão de esperar nada – e eu quase diria que empregou a palavra no seu sentido original, naquela acepção em entusiasmo é o mesmo que delírio, que paixão, que incêndio da alma ou puro abalo da razão. Congratulemo-nos com ele, que veio de encontro ao nosso ideal de nós mesmos: pois nossa inquietação não é gratuita, não é fisiológica. Vivemos antes inquietos porque nosso mundo vive assim. Nossa inquietação é sociológica; e além disso, política. Os melhores dentre nós sabem que não se agitam como pobres reflexos de uma incontrolada agitação global – sabem que seu fremir não é apenas essa vibração de passivos. Temos a pretensão de que nos mova um ardor muito mais prospectivo. Orgulhamo-nos de estar inquietos. Assombra que alguém consiga não o estar. Mas toda a nossa pulsante movimentação, todo o nosso diverso dinamismo, são os gestos de uma geração que quer construir, que quer ampliar-se, ampliando todo o meio onde habita; que quer produzir, racionalizando, antes de tudo, local e meios de trabalho. Cabe a vós outros não desentender-nos. Só vos solicitamos a compreensão de que nossas atitudes são elementos de uma larga perspectiva para existência do Brasil – perspectiva destinada, não a negar rasamente quaisquer tradições, mas a recuperar o único sentido autêntico da palavra tradição: aquele que exprime por esse nome o supremo gesto de entrega que uma época faz a outra, de entrega do seu poder criador, de entrega de suas riquezas e de seus valores, não para que sejam somente conservados, mas para que sejam sobretudo desenvolvidos. Niguém deve temer a nossa ironia, quando a assestamos contra algumas instituições. Ficai certos de que tudo o que possuir um fundamento racional, tudo o que for serviço à sociedade, tudo o que for de valor realmente humano – nada disso nós derrubaremos, porque tudo isso resistiria a qualquer tratamento irônico. Nosso riso põe a nu apenas o irracional. Vede que a épocas em que se fizeram as grandes campanhas pelo progresso foram exatamente as mais sorridentes. Foi sempre a estupidez, foi sempre o obscurantismo que receou o riso. Quero persuadir-vos de que nosso sorriso detém toda uma seriedade. Tanta seriedade, que não é preciso que nos peçam para sermos formais. Que ninguém se arrisque a ser desatendido, quando pedir a esta geração para ser formal. Nós não somos uma geração formal: somos uma geração formadora. E somos uma mocidade ávida. Ávida de saber. Ávida de poder. Ávida, mais do que tudo ávida, de saber poder. Decididos a colocar nossa infatigável curiosidade intelectual na conquista de melhores formas de vida prática. Resolutamente convencidos da união vital entre o saber e o operar. Ciosos defensores de uma ética que se construa com a realidade, e de uma realidade que se domine pela vontade ordenadora e racional. Às vezes nem nós mesmos imaginamos com perfeição o quanto estamos penetrados por essa idéia, a idéia de que todo saber, toda

teoria tem uma finalidade essencialmente prática, moral, social e política. Mas nisso, não estamos sozinhos. Somos nisso mais tradicionais do que parece à primeira vista. Tradicionais da melhor tradição do Ocidente, que é o ideal continuamente ensaiado de uma civilização caracterizada pelo domínio infinitamente crescente do homem sobre a natureza. A tradição de Fausto – a tradição da sociedade ativa e produtora. É dentro dessa tradição que queremos situar o Brasil. Dentro dela cabem os nossos ideais de desenvolvimento, de crescimento, de riqueza em todas as dimensões. Dentro dela é que se tem procurado fazer do Brasil uma nação madura, de generosidade equivalente ao volume do que produza. E para melhor constituir sua presença nela é que nosso governo se fez sensível aos mais clamorosos desejos do nosso povo, proclamando a necessidade de nos transformar-nos, para crescer no que podemos. Vossa Excelência, Senhor Presidente, tem sido incansável na pregação dessa visão e dessa vontade. Nós nos sentimos alegres por iniciar uma carreira de perfil internacional precisamente quando o Brasil oficializa a percepção desse sentimento popular. Sentimento que faz, de nossa participação no Ocidente, a inserção criadora de um grande povo numa cultura, num Ocidente, que é uma aberta e dinâmica concepção de vida, e não um baluarte cegamente armado contra a convivência, medroso de infiltrações, maníaco pela autodefesa, nas vésperas de um alargamento físico-demográfico do mundo por si só tornando ridículas as pretensões ao isolamento. Nós não receamos nenhum contágio. Suficientemente convictos de nossa força, destinamo-nos a cumprir uma vocação universalista. Nosso amor à nacionalidade é, no fundo, a melhor forma de sermos humanos. Mas para nós ser humano é realizar-se produtivamente. É exercer o poder de construção. É abrir-se ao mundo objetivo, para moldá-lo indefinidamente. Por isso reconhecemos sempre na realidade a marca do homem, o dedo, a obra do homem. Por isso a verdade não é para nós, apenas a conformidade da idéia com o ser: é antes um comportamento, aquele comportamento que o filósofo disse certa vez que consistia em não nos comportarmos, frente ao mundo objetivo, como se ele nos fosse estranho. Assim nos queremos: objetivos e racionais. O sentimento brasileiro, há século e meio, era a manifestação de um nativismo. Nossa meta de hoje é fazer do Brasil uma vanguarda do humano. Jamais recuaremos nessa vontade. Com ela e por ela, seremos capazes de toda a energia. Não trepidaremos em aparentar uma insolência, em muitas das vezes em que lutaremos por essa verdade. Temos uma enorme probabilidade de vitória. E se acaso não a atingirmos, se porventura nosso povo não soubesse fazer-se como quer, então só nos restaria proibirmos a nós mesmos o derrotismo, e vivermos numa dolorosa nostalgia da humanidade que poderiamos ter sido.

Rio de Janeiro, dezembro de 1963

O Problema da Legitimidade em Política Internacional

José Guilherme Merquior

Tese apresentada no I Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (1978)

I. Introdução

A importância do problema da legitimidade em política internacional reveste uma evidência particularmente ostensiva na cena contemporânea. Nestes trinta e três anos subseqüentes ao último conflito mundial, fatores tais como a profusão de novos estados soberanos e a justificação da política externa das principais potências em termos ideológicos e doutrinários demonstram por si sós que a experiência da idéia, senão da coisa, de legitimidade foi quando nada radicalmente expandida e intensificada. Intuitivamente, mesmo o observador menos atento é levado a verificar que o fenômeno da legitimidade, na sua condição de elemento integrante da sistemática do poder no seu âmbito internacional, passou como que de estático a dinâmico, sobretudo se se reconhece que ele inclui, como sua face dialética, a dimensão da ilegitimidade.

Mas a relevância do problema da legitimidade na órbita internacional possui ainda outro foco de evidência. E lícito encará-la como um ângulo especial, hoje tendente (tamanho o seu dinamismo) a uma espécie de ubiqüidade, do problema **genérico** da legitimidade, questão central na cultura política (e a rigor, "metapolítica") do nosso tempo. Com efeito, não somos a todo momento advertidos do eclipse geral da legitimidade ao nosso redor? Não é, de fato, recorrente, nos nossos dias, o lamento pela perda ou insuficiência de padrões legítimos de governo e de conduta? No meio da vasta instabilidade política em que tem vivido o presente século, não é a falta de legitimidade a alegação mais comum dos grupos que logram impor mudanças de regime e/ou revoluções? O declínio da autoridade, entendida como poder legítimo, afigura-se quase onipresente, quer como motivo ou pretexto dos autoritarismos, quer como suposta causa permissiva do êxito do revolucionarismo totalitário.

O "crepúsculo da autoridade", a frase que Robert Nisbet escolheu para título de sua meditação conservadora sobre a crise da sociedade moderna, é, portanto, a rigor, um verdadeiro Leitmotiv do pensamento hodierno, um pressuposto inargumentado, tão óbvio parece, da própria reflexão teórica sobre o famoso (e em grande parte, falso) problema do "desenvolvimento político". "Houve tempo" – observa lucidamente Ernest Gellner, da London

School of Economics – "em que era moda ter crises de fé. Hoje, temos crises de legitimidade". Em semelhante contexto, mal seria de esperar que a noção de legitimidade na ordem internacional escapasse incólume à pressão crítica desse questionamento. Assim, a legitimidade nessa esfera se problematiza por duas razões distintas: porque a mesma esfera das relações internacionais se tornou maior e mais complexa, e porque a legitimidade se tornou de per si consideravelmente mais problemática.

O trabalho que se vai ler não tem a menor pretensão a, já não digo esgotar, mas simplesmente abarcar todos os múltiplos aspectos do problema da legitimidade, nem mesmo do seu nível político internacional. Espaço e tempo (sem falar na competência do autor, mero recém-chegado ao estudo da ciência política) proíbem-nos qualquer disquisição mais ambiciosa em seus intentos analíticos. Foram antes estas páginas impulsionadas pelo desejo, ponhamos, semierudito de **projetar um punhado de conceitos com cidadania estabelecida na literatura dita científica em certas realidades da estrutura atual das relações internacionais.**

Ao proceder desse modo, moveu-nos a convicção de que a presente relação de forças no plano mundial e o advento ou nova acuidade de problemas sociais, econômicos e tecnológicos de significação ecumênica vêm conferindo dramaticidade especial às questões relativas à legitimidade e a processos de legitimação na ordem internacional. Varias agências e foros multilaterais, a começar pela ONU, procuram, em consequência, reforçar ou estabelecer princípios de legitimação da conduta dos estados nesses focos "quentes". A análise aqui proposta buscou indicar como essa nova atualidade do problema da legitimidade integra e motiva alguns aspectos axiais da evolução do sistema político internacional e, em particular, do novo papel nele assumido pelas chamadas potências emergentes, entre as quais se inclui, notoriamente, o Brasil.

Uma palavra metodológica, à guisa de fecho desta introdução. Acredita firmemente o autor, como o finado Brás Cubas, "que isto de método, sendo, como é, uma cousa indispensável, todavia é melhor tê-lo sem gravata nem suspensórios". A ciência política, que já foi sarcasticamente definida como sendo apenas "o melhor meio de evitar política sem realizar ciência" nunca faz grande caso da perspicácia dessa advertência de Brás Cubas. As "relações internacionais" – território acadêmico volta e meia ocupado por teorias que não passam de primas pobres parasíticas, porém altamente pretensiosas, da nossa já dúbia e precária ciência política – tendem com grande frequência a agravar a arrogância metodológica de que esta última é vezeira. O resultado são fachadas e fachadas teórico-metodológicas de solidez mais que suspeita, e ínfima relevância empírica. Diante disso, pareceu-nos prudente e razoável ter como método sobretudo a recusa de edificações teóricas demasiado desproporcionais à análise, ainda que superficial, da matéria em exame. Que essa atitude não se traduziu em nenhum antiteoretismo grosseiro, esperamos que o comprove a nossa primeira parte, consistente toda ela na

apreciação sintética de coordenadas teóricas acerca de conceitos como "poder", legitimidade" e "sistema política internacional". O objetivo profilático foi apenas fugir àquela "pestilência metodológica" que já amofinava um Max Weber, mas infelizmente continua a grassar em muita sapiência universitária de hoje.

Tematicamente, o estudo se desdobrará em duas partes nitídamente diferenciadas. Na primeira, de cunho **teórico,** será delineada uma **analítica do poder,** pois a conceituação básica de legitimidade proposta consistirá em encará-la principalmente como uma determinada configuração de poder. Nesta parte, a mais longa, o tema da legitimidade será acordado em termos predominantemente genéricos, sem qualquer referência constante à sua especificação no campo da política internacional. No entanto, mesmo nesse estágio, os problemas conceituais serão conduzidos de modo a desaguar na discussão de uma problemática que não é puramente acadêmica, visto envolver certos pressupostos na visão que do cenário internacional costumam ter alguns círculos nas chamadas potências emergentes. Isso se tornará particularmente claro no tratamento dado ao conceito de poder internacional. Na segunda parte, que terá, por contraste, caráter marcadamente **histórico,** o tema passará a ser a evolução do quadro político internacional e a incidência, nesse quadro, de problemas atinentes à legitimidade ou à legitimição de políticas ou mecanismos institucionais considerados a um só tempo como causa e efeito daquela evolução.

II. Algumas coordenadas teóricas.

1. O campo da análise; as "relações internacionais" e seu objeto.

Antes mesmo de abordarmos o fenômeno da legitimidade no contexto da problemática do poder, impõe-se uma breve palavra sobre o objeto específico da disciplina intitulada "relações internacionais". A sua determinação tem muitas vezes girado em torno de questiúnculas eminentemente semânticas, em debates escolásticos que produzem incomparavelmente mais calor do que luz. Todavia, existe um fundo de real relevância nesse "imbroglio" conceitual, perfeitamente evidenciável quando se reflete na diferença entre, de um lado, "política externa" ou mesmo "política internacional" e, de outro, "relações internacionais". Mais tarde veremos o quanto essas distinções são pertinentes à nossa tese de incremento e intensificação do problema da legitimidade no mundo contemporâneo.

Sinteticamente, pode-se afirmar que o estudo regular de política externa nasceu como uma ponte entre as análises de política interna, confiadas à "ciência política", e o exame da política internacional e diplomacia, consignado à então novel disciplina de "relações internacionais".

Entretanto, a distinção realmente vantajosa, do ponto de vista analítico, tem a ver com o foco predominantemente estatal, ou interestatal, da "política

internacional" (como somatório de políticas externas) e o âmbito potencialmente bem menos **estatocêntrico** das "relações internacionais".

Bem entendido, vários tratadistas respeitáveis usualmente capitulados seja em "relações internacionais", seja em política internacional se conservam, na realidade, basicamente fiéis à perspectiva "estatocêntrica". Desde que Locke pioneiramente caracterizou a política externa como "o poder de guerra e paz, de ligas e alianças", o costume de reduzir o estudo das interações internacionais à gênese, iniciamento, desenrolamento e influência recíproca *de políticas exteriores* – em outras palavras, ao terreno da "high policy" – tendeu longamente a monopolizar o esforço reflexivo consagrado aos fenômenos do poder no plano transnacional. Haja vista a obra de um Hans Morgenthau, um Raymond Aron, um David Vital, um Richard Snyder, um James Rosenau. Até mesmo em Morton Kaplan, que tanto insiste na distinção entre macromodelos de política internacional e micromodelos de processos de política externa (estes, subsistêmicos em relação aos primeiros), o foco permanece estatocêntrico demais. Pluriestatocêntrico, por definição – mas gravitando sempre em torno do político enquanto identificável com o comportamento de atores-estados.

Não obstante, é cada vez mais óbvio o interesse, melhor, a necessidade de estudar toda uma miríade de relações transnacionais que escapam à iniciativa, senão à jurisdição, dos estados. Não há dúvida de que, em nossa época de neocapitalismo e de socialismos autoritários, a pujança do estado o leva a invadir cada vez mais a área, outrora defesa, da sociedade civil. A impressionante multiplicação dos estados nacionais, respaldada pelo vigor dos jovens nacionalismos, é de resto um dos maiores fatos mundiais do presente pós-guerra. Têm muita razão aqueles que, como Northedge, advertem contra a precipitação em falar do "fim do estado-nação", esquecendo-se de que o controle deste último se tornou, em vários domínios, incomparavelmente mais amplo e mais severo do que nos belos tempos da "pax europea", assassinada em 1914.

Mas é igualmente certo que, por outro lado, a esfera das relações internacionais de tipo metanacional não para de crescer, e os laços transnacionais de cunho apolítico não cessam de robustecer-se. Se o nosso é de fato, ainda mais que o passado, o século do nacionalismo, ele é também, em escala inédita, o século do internacionalismo – e do internacionalismo apolítico tanto ou mais do que do político. Várias aporias da (i)legitimidade em nosso tempo possuem aqui a sua raiz.

É preciso, portanto, insistir em "despolitizar", em larga medida, o conceito do âmbito global das relações internacionais. **Com isso, porém, não se quer de modo algum minimizar as relações de poder no campo internacional.** O que se faz mister ultrapassar é o institucionalmente político (a órbita do estado e, vulgarmente, dos governos), **não o fenômeno geral de relações (sociais) de poder.** O aforismo de Gottfried Keller: "tudo é político" deve ser entendido assim: "tudo é político", quer dizer, o poder se ma-

nifesta em toda parte; nenhuma área do social – desde o ponto mínimo da família nuclear até a circunferência máxima do campo internacional, visto em perspectiva "geocêntrica" (Modelski), nenhuma **dimensão** do social – desde a arena política até a arte, a ciência e a religião – é impermeável à formação e ao desenvolvimento de relações de poder. Nenhuma delas está a priori livre da incidência do que poderíamos chamar de elemento **crático** (de kratos, força, poder) na vida social.

A noção, devida a Samuel Finer, de Oxford, de "situação política" (political predicament) é essencialmente vizinha desse reconhecimento. Para que se dê uma "situação política", ou melhor, nos nossos termos, uma situação crática, ou de poder, basta que tenhamos diante de nós qualquer circunstância em que:

(a) determinado grupo requeira uma política (policy) **comum;**
(b) seus membros advoguem, para essa função de regra comum, políticas mutuamente excludentes.

Em conclusão, dentro do campo geral das relações internacionais, políticas ou não no significado institucional e corrente da palavra, é que se situa, como região específica, a política internacional, enquanto soma e/ou contexto de políticas externas; e dentro desta, por sua vez, situa-se o domínio analítico da política externa, entendida, como quer Rosenau, como "o conjunto dos fenômenos que refletem uma associação entre variações na conduta de atores internacionais e variações no seu ambiente externo".

Delimitada assim a hierarquia lógica dessas disciplinas e subdisciplinas, convém localizar nela o escopo da nossa indagação. Ele coincidirá, na segunda parte, com as áreas temáticas de política internacional e de política externa; mas isso se deve exclusivamente a uma razão de ordem pragmática: nosso desejo de concentrar a análise em problemas de legitimidade diretamente ligados à posição política das chamadas potências emergentes. Não se nutre, por conseguinte, nenhuma sugestão de **reduzir** a problemática de legitimidade internacional ao terreno do político-institucional.

2. Poder e legitimidade.

Definido sumariamente o território do estudo, cumpre voltar ao tema de legitimidade e abrir a parte conceitual do seu estudo. Para começar, uma pitada de semântica histórica. A voz latina *legitimus* significava tão somente "legal, de acordo com a lei"; Cícero falava nesse sentido em "potestas legitima". Como o mesmo se passava com o grego *nominon,* é lícito concluir que a Antiguidade clássica desconheceu a questão **teórica** da legitimidade. Esta só emergiria no ocaso helenístico da pólis.

Aparentemente, a apreensão da legitimidade como problema intelectual se deveu, com efeito, ao eclipse dos governos diretos: a democracia da ágora, e a dominação dos tiranos locais. O fato é que a própria aplicação do ad-

jetivo *legitimus* à pessoa do governante é uma inovação tardia, já medieva, que reflete a longa experiência do poder **delegado** a representantes do Império ou do papado. A dificuldade prática de justificar a autoridade baseada numa transferência de direitos forneceu, assim, o fundo do questionamento de caráter teórico.

Com S. Tomás, com Bartolo, no século XIV, através da distinção entre a tirania *ex parte exercitii* e a tirania *ex defectu tituli,* pode-se dizer que nasce a teoria jurídico-política do legítimo, estreitamente unida, conforme se vê, a uma aguda percepção do fenômeno da ilegitimidade. A tirania derivada do mau exercício do poder configurava a **ilegalidade;** a tirania proveniente de usurpação (título defeituoso), a **ilegitimidade.** De Grotius e Hobbes a Locke e Rousseau, a filosofia política pós-medieval, quase toda ela inspirada na perspectiva contratualista do jusnaturalismo, e centrada no problema da **obrigação** política, manteve o tema da legitimidade em pleno relevo teórico.

A teorização contemporânea pode ser rapidamente creditada com duas contribuições. Primeiro, no campo do pensamento jurídico, ela renovou a conceituação da **legitimidade da norma.** Kelsen entendeu-a como uma validade imanente à lei positiva, mas Herbert Hart, talvez o maior filósofo do direito pós-kelseniano, moderou consideravelmente esse radicalismo positivista ao subscrever a existência de um mínimo de congruência entre a lei e a moralidade, mínimo esse baseado em determinados truísmos sobre a condição humana (Hart não é um jusnaturalista e qualifica seus truísmos antropológicos de "contingentes", razão pela qual fujo à expressão "natureza humana" ao expor sua doutrina).

Em segundo lugar, os teóricos contemporâneos enriqueceram o legado da filosofia política clássica (antiga e moderna) no tocante à caracterização empírica da **legitimidade do poder.** Detenhamo-nos um pouco nos pontos mais interessantes desse enriquecimento.

Grosso modo, a moderna inteligência de poder legítimo se resume em duas concepções: uma subjetivista, outra objetivista. Na concepção **subjetivista,** exponencialmente representada por Carl Joachim Friedrich, Seymour Martin Lipset e David Easton, o problema da legitimidade é identificado com "a questão factual de saber se um dado governo é tido por baseado num bom título pela maioria daqueles que lhe estão sujeitos" *(Man and his Government,* pg. 234). Chamo essa perspectiva "subjetivista" porque ela equipara expressamente a legitimidade à "**convicção,** da parte dos membros (do sistema político), de que é correto e próprio (...) aceitar e obedecer às autoridades" (Easton; nosso grifo).

A contribuição original de Easton a esse enfoque foi de natureza taxinômica. Ao discriminar os objetos **do apoio** como um dos insumos fundamentais do sistema político, Easton acabou traçando a classificação hoje consagrada dos objetos da legitimidade política: **a comunidade** (geralmente, um estado-nação), **o regime** e **as autoridades.** Por exemplo, nos Estados Unidos, em 1974, a lealdade à comunidade e ao regime subsistiu, ao passo

que a legitimidade da autoridade federal suprema – o presidente – evaporou-se. Na Alemanha de Weimar, a legitimidade da nação era intensa, mas a do regime, muito precária entre as elites. Finalmente, para um grande número de habitantes do Quebec, ou da Escócia, a legitimidade do Canadá ou do Reino Unido como comunidades estatais é discutível – e para a maioria dos libaneses, a legitimidade de uma comunidade biconfessional parece ter sido irremediavelmente perdida nestes últimos dois anos.

E interessante notar que, para autores como Raymond Polin, todas essas definições seriam insuficientes, pois segundo ele a plena legitimidade de um governo depende do seu reconhecimento por outros governos – um dado naturalmente inegligenciável em análises como a nossa. No entanto, o requisito de Polin não afeta em nada a estrutura lógica da concepção subjetivista; apenas a amplia, estendendo a "convicção" em que radica a legitimidade à maioria dos não-súditos do poder tido por legítimo, isto é, aos outros governos.

A concepção **objetivista** da legitimidade se singulariza pelo esforço de ancorá-la em algo menos contingente que o mero sentimento subjetivo dos governados. Criticando a posição de Friedrich, Peter Stillman observa que ela não leva em conta o papel dos **valores** como critério do legítimo. Desse ângulo, noções menos democráticas de legitimidade, como a de Burke ou, mais recentemente, a gaullista, seriam bem mais satisfatórias. Burke, o fundador do pensamento conservador, forjou a clássica assimilação da legitimidade à tradição, *"a deliberate election of ages and generations"*. De Gaulle, como é notório, pretendia que a fonte suprema da legitimidade residia não na opinião da maioria, mas nas qualidades tendentes a unir, em vez de dividir, o estado, regido por *"une certaine idée de la France"*. Em ambos os casos, no tradicionalismo de Burke e no nacionalismo gaullista, um metro **externo** à subjetividade da maioria dos governados fornece o critério do governo legítimo.

"Um governo é legítimo", diz Stillman, "se e somente se os resultados do produto governamental são compatíveis com o padrão de valores da sociedade". Ou, completando a definição: legitimidade é a compatibilidade entre os resultados do "output" governamental com os padrões de valor dos grupos relevantes, a saber, os diversos grupos que compõem a sociedade e o sistema internacional. E precisamente porque a legitimidade se relaciona com os valores sociais, e porque estes normalmente se diferenciam segundo os diversos grupos de uma mesma sociedade, pode haver sociedades nas quais inexiste legitimidade, em razão de um padrão de valores demasiado bifurcado ou contraditório, ou, ainda mais frequentemente, em razão da circunstância de grupos sociais esposarem valores acentuadamente antagônicos. Sociedades em guerra civil, como a Inglaterra em 1640, os Estados Unidos em 1860, a Espanha em 1936, o Paquistão em 1971, ou o Líbano, a Nicarágua e a Irlanda do Norte de hoje, exemplificam claramente essa última eventualidade.

Vê-se facilmente que, enquanto a tônica de concepção subjetivista recai no plano propriamente **político,** focalizando primordialmente a relação governantes/governados, na concepção objetivista da legitimidade como valor, a ênfase se desloca para o social, ou **sociocultural.** Significativamente, um dos mais conhecidos e originais autores de uma teoria sistêmica da "polity" (*), Karl Deutsch, já havia vinculado a noção de legitimidade como simbólica de valores ao conceito parsoniano de "sistema social". Para Deutsch, legitimidade é o produto da compatibilização, operada mediante o uso de símbolos, de ações descontínuas, visando ao atingimento de valores *X*, com os valores-chave do sistema social. Legitimidade é o efeito gerado pela associação entre a experiência social e símbolos de carga axiológica dotados de autoridade especial, em virtude de representarem os valores centrais de uma dada cultura. Como tal, constitui um fenômeno **informacional,** intrinsicamente localizado no **tempo,** que corporifica a dinâmica da ordem simbólica enquanto veículo da autoridade social.

A conexão legitimidade/simbolismo axiológico foi muito bem utilizada por Richard Merelman, numa iluminadora tentativa de compreender a mecânica da formação da legitimidade política por meio da psicologia behaviorista do aprendizado. Contudo, a nível mais geral, essa concepção objetivista da legitimidade como simbólica de valor se defronta com graves dificuldades de ordem cognitiva, pois a identificação empírica dos valores sociais ou grupais, conduzida em termos de pesquisa psicológica, revela-se extremamente lábil. Vezes sem conta se tem com razão incriminado a sociologia parsoniana pela sua propensão injustificada a **pressupor** um consenso sobre valores como ponto de partida da já por isso mesmo duvidosa idéia de "sistema social". Mesmo na citada perspectiva de Stillman, evidentemente mais alerta à interdependência entre padrões sociais de valores e estratificação social, as incertezas quanto à imputação correta de crenças axiológicas a grupos sociais permanecem intactas. Os inquéritos psico-sociológicos são, a esse respeito, instrumentos bastante ingênuos, em geral compostos de perguntas preconceituosas e respostas fundamentalmente ambíguas.

No fundo, tanto a concepção subjetivista quanto a objetivista de legitimidade se articulam em torno da **confiança** ou **crença.** Uma acentua o lado subjetivo da convicção legitimadora, outra, o seu objeto social, externo à consciência do governado; mas ambas – herdeiras que são do clássico na matéria, o conceito weberiano da legitimidade como Glaube (fé, crença) – alicerçam a experiência da legitimidade num elemento **fiduciário,** numa base de confiança. Uma, porém, tende a negligenciar o critério que preside à con-

---

(*) Quem quer que estude entre nós ciência política dificilmente escapa à verificação do quanto se faz necessário contarmos com uma tradução adequada desse útil termo, "polity", designativo do campo das funções e papéis políticos (estatais ou não) na sociedade. "Politéia", com seu belo halo platônico, ainda parece soar demasiado "clássico"; não obstante, constitui a meu conhecimento o equivalente mais idôneo, e em se tratando de conceito técnico, não vejo porque o consenso dos especialistas não terminaria por consagrá-lo.

vicção legitimadora, e com isso se condena, analiticamente, à constatação do trivial; ao passo que a outra limita o seu rendimento analítico pela imprecisão da sua referência empírica.

Haverá uma terceira concepção que, sem cair no abstracionismo da noção subjetivista e trivializante de legitimidade, permita superar os impasses da ênfase dada ao seu nexo com impalpáveis "valores" sociais? Felizmente para nós, a resposta é afirmativa. Ela consiste em colocar a reflexão sobre a legitimidade no contexto de uma **analítica sociológica do poder.** Correndo pela última vez o risco do pedantismo neologístico, diríamos que, ao lado da abordagem "fiduciária" da legitimidade, ou seja, do seu enfoque em termos de confiança ou "fé", existem os rudimentos de uma abordagem "crática", isto é, de um seu enfoque em termos de força ou poder.

Arthur Stinchcombe pioneirizou essa perspectiva crática ao definir a legitimidade como uma "reserva de poder". Segundo ele, um poder só pode ser efetivamente respaldado quando seu detentor se mostra capaz de recorrer a **outros** centros de poder. Sob esse aspecto, a legitimidade é uma força estabilizadora, porque descansa na credibilidade de uma ação provável em apoio a atos específicos de um dado poder.

Note-se que o elemento de antecipação psicológica, longe de ser banido, é incorporado. Tanto o cidadão crente no bom título do governante e o subordinado apenas consciente e temeroso da reserva do poder de que goza o governo legítimo agem, quer dizer, obedecem, em função de uma expectativa. Mas o que importa é a **coloração** própria do elemento de antecipação psicológica, e essa varia decisivamente – num caso, ela é **fiduciária;** no outro, meramente calculista e utilitária.

Reinhard Bendix celebrizou a analogia entre a legitimidade política e a confiança que os depositantes de dinheiro num banco têm na sua solvência – confiança que permite ao banco reinvestir-lhes as poupanças na pressuposição razoável de que, em princípio, os depositantes nunca decidirão retirar em conjunto todos os seus depósitos simultaneamente. Analogamente, a legitimidade política pode ser vista como um mandato implícito dos governados às autoridades para que realizem *n* atos na pressuposição de que contam substancialmente com seu apoio. E nesse sentido que a legitimidade realmente constitui, como bem viu Renan, o "plebiscito de todos os dias".

Porém esse tácito plebiscito, isto é, a confiança baseada na crença na legitimidade dos governantes, além de ser mais eventual do que sugere o dito de Renan, pode perfeitamente conviver com outro nível psicológico, a saber: a consciência da base crática da autoridade estabelecida. Ora, a diferença entre a **crença** dos governados na concepção de Friedrich, Easton e Bendix e a **credibilidade** da reserva de poder dos governantes na concepção de Stinchcombe salta aos olhos. Evidentemente, no segundo caso, o elemento fiduciário é praticamente nulo. Não ocorre nenhuma confiança, e sim um simples cálculo de custos e benefícios. Num exemplo chão e grosseiro: de nada me serve vencer fisicamente ou escapar ao policial que me impõe uma sanção,

se atrás dele se perfila a polícia inteira e atrás dela, a lei mantida pelas autoridades públicas.

Stinchcombe chega ao ponto de inverter a relação legitimidade/valores. Na **outra** concepção objetivista, conforme visto, os valores sociais são a matriz do sentimento de legitimidade do poder. Stinchcombe acha que se dá o oposto. Os valores sociais só são efetivos, pensa ele, quando ocorre uma alta correlação entre a sua defesa e mecanismos de poder. As instituições lhe parecem justamente focos de concentração de poder a serviço de diversos valores e interesses. E nosso sociólogo acrescenta uma ilustração persuasiva: na Europa moderna pré-industrial, os valores protestantes triunfaram nas regiões onde o poder da coroa os sustentou; mas desapareceram, ou não chegaram a ser hegemônicos, naquelas em que o poder não lhes sorriu.

Entretanto, a redução da legitimidade a reserva de poder precisa ser matizada. Caso contrário, ela corre o perigo de ser interpretada como se mantivesse a legitimidade demasiado perto da coerção, quando as modalidades de poder nos proporcionam um quadro bem mais amplo e confortável. Vejamos brevemente como.

Convém distinguir, no fenômeno do poder (político ou não), atributos, modalidades, dimensões e configurações.

Atributos: o poder é um fenômeno **relacional** ("powers are relations, not agents", já dissera epigramaticamente Locke); **intencional** ("poder é a produção de efeitos intencionais" – Bertrand Russell); **imposicional** ("o poder é a probabilidade de que um ator numa relação social se encontre na posição de executar sua vontade a despeito de resistência, irrespectivamente à base na qual se apóia semelhante probabilidade" – Weber; saliente-se a quase perfeita congruência entre esse conceito e o de poder internacional, de Morgenthau: "a capacidade de cada estado de influenciar ou obrigar os demais a agir, ou a deixar de agir, de determinada maneira"); e **potencial** (normalmente, o poder se baseia na **ameaça** de coerção, não no uso da própria, que constitui um caso extremo).

Modalidades: a **coerção,** identificada, conforme vimos, com o atributo de imposicionalidade: a ameaça de aplicação, ou a própria aplicação, de séria privação de algum bem, ou seja, de algo efetivamente valorizado pela vítima do poder; a **autoridade,** equivalente à dominação legítima, regida por normas, e marcada pelo consentimento dos subordinados; a **influência,** uma forma de dominação que, não empregando nem a coerção nem a autoridade, se nutre do intercâmbio social (p.ex.: os burocratas podem, por vezes, submeter-se às ordens de seus superiores, sem no entanto considerá-las legítimas e sem que, para se submeterem, eles se sintam ameaçados imediatamente de privação, mas simplesmente porque pensam "trocar" sua obediência por chances futuras de promoção, etc...); enfim, a **força,** que designa uma modalidade de poder na qual os fins dos detentores do poder não são atingidos com o consentimento dos subordinados, nem por "intercâmbio" com eles, nem mesmo pela ameaça de privação, mas sim apesar da sua insubmissão.

Na força, o poder permanece intencional e imposicional, porém cessa de ser potencial: como força, o poder é todo in actu. Ao mesmo tempo, sua natureza relacional, pelo menos enquanto diálogo de poder, se reduz ao mínimo. Para constatá-lo, é suficiente comparar força e coerção. Nesta, já diziam os antigos ("coactus tamen voluit"), subsiste – mesmo dentro da opressão – a liberdade do subordinado, que **decide** submeter-se ou não; na força, essa mesma liberdade desaparece.

Vale a pena observar, de passagem, que a **ideologia,** enquanto forma de poder, não passa de uma versão sublimatória da força. Na medida em que constitui uma manipulação (de idéias), o ideológico atua com base na ausência ou supressão do senso de alternativas por parte do público. A diferença real, do ponto de vista lógico, entre força e ideologia não reside tanto, por conseguinte, na brutalidade da primeira em contraste com a sutileza da segunda, mas antes no fato de que, afora os casos, ostensivos e sociologicamente muitíssimo menos importantes, de ideologias declaradamente apologéticas, não se pode considerar o processo ideológico como algo intencional. Ideologia é portanto – enquanto pensamento ligado a interesses de grupo que passa por universal – uma instância de poder puramente imposicional, mas não necessariamente intencional (as ideologias profundas são "doxas" inconscientes, que abrangem tanto a mente dos que delas se beneficiam quanto aquela dos que elas, em suas consequências práticas, prejudicam).

Dimensões do poder: sua **extensão** (de acordo com o maior ou menor número de subordinados); sua **compreensão** (de acordo com a maior ou menor gama de ações à discrição dos seus detentores); sua **intensidade** (de acordo com a gama de opções de que dispõem seus detentores em cada relação de poder). Nada ilustra melhor essa classificação, devida a Bertrand de Jouvenel, do que a evolução macrossociológica do poder na passagem da chamada sociedade agrotradicional para as modernas democracias industriais: visivelmente, nessa passagem, o poder político cresceu extraordinariamente em extensão e compreensão – mas foi paralelamente delimitado em sua intensidade pela democratização crescente (por mais imperfeita e inçada de exceções importantes) das relações políticas nesse tipo de sociedade.

Finalmente, é possível discernir, com Roderick Martin, **configurações** de poder. O ponto de partida, neste ponto, é o reconhecimento de que as relações de poder se baseiam essencialmente em dois elementos: 1) padrões **assimétricos** de dependência, resultantes de diferenças na capacidade de controle do acesso a recursos desejados por vários grupos sociais; e 2) maior ou menor disponibilidade de vias de evasão para os que encontrem em posição subordinada. De acordo, então, com as variações básicas do grau de dependência, da facilidade de evasão e de relação entre ambos, teríamos:

(a) uma dependência muito assimétrica conjugada com evasão fácil configura uma situação que convida ao uso da coerção;

(b) uma dependência muito assimétrica conjugada com evasão difícil, configura, ao contrário, uma situação propícia à emergência de au-

toridade, porque os subordinados quererão normalmente evitar a coerção, e os detentores do poder tenderão a julgar a autoridade menos custosa e mais eficaz do que a dominação coercitiva;

(c) uma dependência menos assimétrica com evasão fácil leva naturalmente também a uma configuração baseada na autoridade, pois nesse caso a obediência precisa obter o consentimento dos subordinados;

(d) enfim se a dependência não é muito assimétrica, mas a evasão tampouco é fácil, é provável configurar-se uma situação propícia ao emprego da influência.

Coloquemos agora a legitimidade nesse quadro de modalidades e configurações de poder. Tanto a coerção quanto a influência (para não falar na força) não deixam margem, fenomenologicamente, a sentimentos legitimatórios por parte dos subordinados. Já a **autoridade,** fundada que é no consentimento deles, se desenha claramente como a modalidade-configuração mais isomórfica em relação à legitimidade.

No entanto, conforme se viu, a autoridade, como modalidade do poder, tende a prevalecer por igual em duas situaçoes perfeitamente distintas. Na primeira delas, (b), uma relação pronunciadamente assimétrica sem facilidades de evasão induz a um consentimento *faute de mieux*. Na segunda, (c), uma dependência menos assimétrica, conjugada com alta possibilidade de evasão, origina uma situação de **livre** consentimento. **Bem entendido, na realidade,** trata-se quase sempre de uma diferença mais incremental do que binária – mas ainda assim crucial. Sucintamente: se é certo que não pode haver autoridade (por oposição à coerção) sem consentimento, não é menos certo que pode ocorrer consentimento sem real legitimidade, isto é, sem que o reconhecimento do bom título dos governantes para governar nasça de uma aceitação verdadeiramente livre do seu mando. Temos, portanto, uma espécie de continuum de modalidades-configurações de poder: da força à coerção, desta à influência, desta à autoridade, por assim dizer, sublegítima, e desta à autoridade plenamente legitimada pelo livre consentimento dos seus subordinados.

3. Legitimidade e poder internacional.

Como ajuizar a utilidade dessa minianalítica do poder, com sua concepção da legitimidade como configuração "crática" (em vez de fenômeno "credenciário"), para uma análise de política internacional?

Essa interrogação é tanto mais pertinente quanto o conceito de poder (inter)nacional em termos de potencialidade e intencionalidade – conceito estabelecido pela chamada "escola realista", liderada nos Estados Unidos por Morgenthau e na Europa, por Aron – passou a receber cerrada crítica na teo-

rização mais recente. os principais argumentos contra essa concepção "weberiana" do poder internacional como capacidade são:

(a) a alegação de que ela tende a superestimar o arbítrio do ator-estado, em detrimento do contexto internacional que o limita;
(b) a idéia de que em política internacional não há poder ocioso, não cabendo, portanto, a noção de algo passível ou não de emprego, inerente à idéia de poder-capacidade;
(c) a sugestão de que a teoria do poder nacional como poder-capacidade reflete inconscientemente a experiência da política externa ocidental, e particularmente americana, da primeira fase da guerra fria, assinalada pela maior plasticidade do sistema internacional em relação ao poder político-estratégico do então único supergrande.

Deixemos de lado a virtual contradição, não obstante bem curiosa, entre (a) – ou (a) e (b) – e (c). Com efeito, no primeiro argumento, a teoria do poder nacional é contestada na própria existência do seu objeto, ao passo que, no terceiro, ela é "refutada" a pretexto de que não faz senão espelhar (acriticamente) uma fase histórica caracterizada pela atuação superlativa desse mesmo objeto... inexistente! Passemos, porém, aos próprios argumentos.

O último pode ser rapidamente repelido. Quando muito, ele explicaria Morgenthau, mas não Aron; ou seja, o "realismo" da teoria na década de quarenta, mas não na de sessenta. Principalmente, porém, o argumento repousa numa extrapolação típica da chamada "sociologia do conhecimento" – deduz de uma não provada relação entre a teoria e seu suposto calço histórico-social a desvalia da primeira, o que implica um relativismo arbitrário. Teorias têm de ser apreciadas por si, não por quaisquer circunstâncias de sua gênese. Teorias empíricas são, se científicas, falsificáveis, e se falsificáveis, boas ou más; contudo, a falsificação da teoria nunca provém da demonstração desta ou daquela sua origem ou motivação (quanto mais de simples hipóteses sobre elas), e sim da demonstração da sua incompatibilidade com a experiência.

Quanto à alegação de que a teoria do poder nacional tende a desconhecer o papel do contexto internacional, ela apresenta como uma *necessidade* o que não passa de uma **possibilidade.** Em si mesma, a concepção do poder nacional como capacidade não acarreta nenhum desprezo pelos fatores contextuais. Seria, de resto, fácil contra-argumentar, apontanto o fato notório de que é em boa parte das chamadas teorias sistêmicas de política internacional, soi-disant superadoras da escola histórico-realista, que se verifica a omissão inversa – a negligência da face causal interna, relegada ao campo pretensamente menos interessante do "Subsistêmico". Kaplan é um exemplo característico.

Que dizer, finalmente, da assertiva de que em política internacional não há poder ocioso? Será que ela suporta a lembrança da inércia das democracias ocidentais ante a remilitarização da Alemanha na década de trinta, ou,

bem mais perto de nós, a inibição da política externa americana – causada pelo refluxo do fim da guerra do Vietnã e pelo eclipse da presidência imposto pelo "complexo de Watergate" – na fase decisiva do conflito angolano? A verdade é que o desemprego do poder é um grande dado da vida social e internacional, em certas situações tão dramático quanto, em outras, o seu uso ou abuso.

Há, não obstante, um grão de verdade por trás dessas objeções; não nelas como tais, mas no seu desejo de acentuar o fator contexto na análise do poder internacional. Mas a concepção empiricamente mais promissora do poder internacional, como aliás do poder *tout court,* é aquela que se recusa a uma simples disjuntiva ou poder-capacidade **ou** força do contexto, e prefere manter-se atenta ao que vem sendo chamado "dialética de poder e estrutura" – uma dialética que gira em torno de atores possuidores de **capacidades,** em expansão ou contração, defrontados com **oportunidades** (também em aumento ou em diminuição). O contexto internacional é uma parte, impossível de superestimar, da estrutura dentro de que se move, **por ela condicionado, mas sem com ela confundir-se,** o poder nacional.

Em algumas dentre as escassas e incipientes análises de política internacional feitas em algumas potências emergentes, a recalcitrância diante do conceito de poder nacional exprime por vezes uma irritação ingênua face à distribuição excessivamente desigual do poder no mundo. A partir do protesto (hoje, naturalmente, reclamando séria revisão na sua imagem da cena internacional) contra o "congelamento do poder mundial" (Araujo Castro), passa-se, com a melhor das intenções, ora à denúncia do "sistema", ora à impugnação de conceitos analíticos de tipo assistêmico, como esse do poder nacional. Infelizmente, a indignação não substitui a análise, e impugnar conceitos no calor do protesto – atitude que equivale a por a culpa da dor de dentes no dentista – rende pouco ou nada em matéria de compreensão objetiva da realidade internacional.

O saudoso Embaixador Araujo Castro, que possuía em alto grau o gosto (por ele mesmo notóriamente considerado raro entre a maioria de seus colegas) da reflexão crítica sobre política internacional, seria hoje o primeiro a rever e refundir seus retratos do mundo, a começar pelo mais citado e recitado, o famoso instantâneo do congelamento de 1971 – em plena lua de mel da "détente"!... Tendo tido o privilégio de ouvi-lo e conversá-lo, o autor não vacila em conjeturar que ele dificilmente subscreveria o abandono puro e simples de conceituações bem menos ideológicas do que se propala, só porque seu emprego analítico tivesse, a certa altura, evidenciado fatos que o desagradassem. Araujo Castro não confundiria ciência com impaciência.

Para voltarmos – uma página antes de encetar a parte histórica de nossas considerações – ao problema da legitimidade internacional, examinemos um minuto, **em sua pura estrutura lógica,** a noção de congelamento do poder mundial. Não alude ela a uma situação de poder desdobrável, analiticamente e conforme as várias áreas e graus de manifestação do congelamento,

em mais de uma das configurações "críticas": situações de acentuada assimetria, e maior ou menor espaço de evasão, dos focos emergentes de policentrismo ou multipolaridade em relação aos supergrandes? E não constitui essa noção, enquanto tal, uma abreviatura crítica do então perfil de ilegitimidade do sistema internacional – daquilo que nele representa o que Celso Lafer tem chamado de **disjunção da ordem e do poder,** e que ele próprio identifica com uma **crise de legitimidade?** A grande vantagem da feliz metáfora de Araujo Castro me parece residir precisamente na sua essencial transitividade em relação a, de um lado, o poder (nacional) e, de outro, a estrutura (o contexto internacional). A própria conotação "conspiratorial" de seu slogan de combate conspira contra qualquer veleidade de interpretá-la em termos de um supercontextualismo refratário à "dialética de poder e estrutura".

Em síntese, impõe-se a nosso ver a conclusão de que a legitimidade, no terreno internacional, se deixa analisar muito melhor dentro de uma perspectiva objetivista "crática", conforme proposto acima, do que dentro de concepções puramente fiduciárias, seja subjetivistas, seja objetivistas, mas não críticas. O enfoque subjetivista não nos proporcionaria critérios discriminatórios, e toda concepção de legitimidade como simbólica de valor(es) endossado(s) pelos membros da comunidade internacional teria contra si, para começar, a evidente ausência de consenso axiológico entre os atores. Já a noção de legitimidade como configuração *aberta* de poder, trocando a ênfase no **consenso** pela tônica no **consentimento,** parece bem mais adequada a dar conta da problemática empírica do legítimo/ilegítimo no mundo contemporâneo, para a qual nos voltaremos a seguir. A legitimidade internacional, em suma, constitui uma instância ótima do conceito de legitimidade como configuraçao de poder.

II. Alguns problemas de legitimidade no sistema internacional contemporâneo.

1. O fantasma sistêmico.

O estudioso desprevenido de relações internacionais ou, dentro delas, de politica internacional dificilmente escapará à impressão preliminar de que se trata de disciplinas altamente sistemáticas, tal a freqüência e convicção com que a maioria de seus expositores utilizam a palavra "sistema" para referir-se a seu objeto de estudo ou aos modelos graças aos quais pretendem analisá-lo. No entanto, uma só gota de sofisticação epistemológica dissipa em três tempos essa impressão. Muitos teóricos de relações internacionais enchem efetivamente a boca com o vacábulo sistema, e vários fazem da sua intenção de usar abordagens sistêmicas o penhor da cientificidade de seus métodos (em contraste com o caráter inconsciente ou deliberadamente précientífico dos instrumentos de análise usados pela dita escola "tradicionalis-

ta"); mas a verdade é que essa alegada perspectiva sistêmica permanece, o mais das vezes, puramente verbal, ou mágico-verbal (como se os modelos de sistemas internacionais fossem brotar, autênticos e rigorosos, de sua mera invocação ritual); e a maioria dos teóricos apaixonados pelo sistêmico atuam, na prática, como se declarar-se pré-cientifico fosse, no fundo, uma excelente desculpa para proceder de modo vastamente incientífico (Marion Levy).

Nessas condições, longe de assinalar a maturidade cognitiva da disciplina, o fetichismo do sistêmico indica, na realidade, uma espécie de doença infantil. Em relações internacionais, o culto do fantasma sistêmico (fantasma, no duplo sentido de miragem e de desejo inconsciente) representa a rigor uma forma particularmente virulenta do sarampo estrutural-funcionalista em teoria sociológica e ciência política. Daí a cansativa repetição dos mesmos erros e falácias que viciam o emprego do conceito nessas áreas de origem: erros lógicos, metodológicos e empíricos.

Erros **lógicos**, a começar pela negligência ou inépcia no tocante ao delineamento preciso de limites dos pretensos sistemas internacionais. Um exemplo escandalosamente eloquente é o de Easton, para quem sistema é "todo conjunto de variáveis, independentemente do grau de interrelação entre elas". Ora, se **tudo** for sistema, a advocacia de uma ótica sistêmica em ciências sociais se torna perfeitamente trivial. Se, ao contrário, nem tudo é sistema, então não se pode fugir à obrigação de especificar o que o é. No terreno internacional, essa falta de determinação precisa se agrava pela menor "visibilidade" do próprio correlato empírico da entidade sistêmica postulada. Com efeito, ao passo que as sociedades, pelo menos, em sua condição de *realia* dadas como *tota*, oferecem-se imediatamente à nossa observação como candidatos plausíveis a um tratamento sistêmico, o mesmo nao sucede com nenhum sistema internacional. A indeterminação de limites compromete, além disso a solidez de qualquer tentativa de especificar os **estados** do sistema. Von Bertalanffy *(General System Theory*, cap. 6) é o primeiro a reconhecer lealmente que a análise dos "sistemas" sociais, isto é, de sistemas **abertos** e **ativos** (em vez de fechados e reativos, como os sistemas regidos pela entropia) ainda não dispõe de critérios definidores de estados. Em outras palavras, uma vez rejeitada a falsa analogia com os sistemas homeostáticos, orgânicos ou mecânicos, ficamos tranquilamente privados de meios para analisar, em termos inequívocos, a dinâmica dos nossos presumidos sistemas...

Erros **metodológicos,** como a presunção apriorística de estabilidade (Morton Kaplan, p.ex., é considerado maníaco desse hábito) ou a indulgência para com "explicações" teleológicas, cujo substrato lógico equivale, em última análise, a afirmações do tipo "as pernas existem para vestir calças".

Erros **empíricos,** enfim, grosso modo identificáveis com as famosas três falácias do funcionalismo sociológico denunciadas por Robert Merton: o postulado panfuncional (a pressuposiçao de que tudo desempenha uma funçao no sistema), o postulado da unidade funcional (tudo se relaciona com

tudo mais) e o postulado de indispensabilidade (todo elemento desempenha uma função que nenhum outro é capaz de desempenhar).

No interior de Minas, costuma-se alcunhar de "sistemático" o louco. Sem ir tão longe, pode-se dizer que os fanáticos do sistêmico, em relações internacionais, figuram entre os teóricos mais fantasistas e intelectualmente menos responsáveis (além de passavelmente pedantes). No máximo, alguns modelos de sistema internacional apresentam considerável valor **heurístico,** não explicativo. Por isso mesmo, não admira que, salvo poucas exceções, os modelos mais prestáveis se concentrem na obra daqueles que – como Holsti Rosecrance ou Hoffmann – se especializam na identificação de sistemas **históricos,** não raro dando às costas às bombásticas pretensões cientificistas dos autores "hipersistêmicos".

É com todas essas ressalvas em mente – e só assim – que empregamos a expressão sistema internacional sem aspas, no presente escrito. No fundo, ela se refere apenas a um feixe de aspectos estruturais, por oposição aos conjunturais, de cena internacional.

2. *O sistema internacional: seu fundo histórico, sua estrutura política presente.*

Se encararmos o sistema internacional, sem maiores pretensões, como "a totalidade das interações transnacionais de qualquer natureza entre quaisquer unidades" (P.A. Reynolds), duas estratégias de pesquisa se abrirão diante de nós. Pela primeira, poderemos devotar-nos à identificação das **unidades** interagentes, e analisar então as suas diferentes interações. Pela segunda, poderemos, ao contrário, identificar um determinado tipo **de interação,** passando então a ver o sistema como o conjunto das interações desse gênero, processadas entre tantas unidades quanto envolvidas.

A primeira estratégia tem sido seguida pela maioria dos estudos de política internacional, que se concentram habitualmente nos estados nacionais como unidades-foco do sistema. No entanto, se quisermos compreender, mesmo em suas grandes linhas, o fundo histórico onde se gerou e se consolidou a estrutura política do mundo moderno, dificilmente poderemos dispensar a **segunda** abordagem, e sublinhar o papel crucial de pelo menos um grande tipo de interação transnacional na sua constituição.

Esse tipo de interação foi, conforme é amplamente reconhecido, o **econômico.** Seu núcleo histórico, implantado na aurora do capitalismo, no século XVI, foi a formação e consequente expansão de uma "economia mundial" (**world economy**) européia, a entidade integradora que sucedeu aos antigos impérios políticos. Immanuel Wallerstein mostrou como, enquanto as antigas economias de vocação mundial fatalmente se convertiam em impérios (China, Pérsia, Roma), a economia mundial capitalista *superou* as tentativas de integração de tipo imperial. E a essência do capitalismo reside "no fato

de que fatores econômicos operem numa arena mais larga do que aquela que qualquer entidade política possa completamente controlar" (Wallerstein).

A rede de interações constituintes da *"world economy"* capitalista produziu a dinâmica interna do processo histórico de maior impacto na vida da espécie humana desde a "revolução do neolítico": o industrialismo. Do ponto de vista historico-sociológico, o advento da industrialização ainda hoje vivido pela maioria absoluta das sociedades humanas e da população da terra, se tornou o objeto daquilo que, com Ernest Gellner, convêm denominar "sociologia da Transição".

Transição (com o *t* maiúsculo para assinalar a sua qualidade de cesura epocal *sui generis)* é um conceito que procura apreender a passagem da pobreza ao desenvolvimento, e da tradição à modernidade. Sua premissa é a convicção de que a difusão do industrialismo, levada a efeito por unidades nacionais, é o acontecimento dominante de nossa época.

Compreender a fundo a Transição é importantíssimo para o nosso tema, pois, de modo geral, o questionamento da legitimidade, em seus aspectos vigentes, e em si mesmo um fenômeno intrinsecamente ligado ao colapso da ordem tradicional, aquela que começou a ser decisivamente solapada e substituída, nas margens setentrionais do Atlântico, na segunda metade do século XVIII. Em conseqüência da Transição, todos os regimes sociais pré-industriais, com suas hierarquias hereditárias de papéis sociais pré-atribuídos (em vez de conquistados), se tornaram virtualmente ilegítimos.

Em particular, o horizonte da Revolução Industrial, uma vez deflagrada a marcha pluralista de industrializações **imitativas** (por oposição à única totalmente espontânea, a inglesa, começada ainda antes do século XIX), deu nascimento ao impulso mais característico do processo internacional contemporâneo: o esforço nacional de redução do status **atímico,** isto é, desprivilegiado, em que se empenham as chamadas nações em desenvolvimento. O primeiro exemplo incisivo de esforço (e êxito) antiatímico costuma ser datado da chamada era Meiji, no Japão oitocentista. As revoluções leninistas do início do século e do nosso tempo têm sido ou procurado ser eminentemente antiatímicas, e, no caso soviético, chegaram a confessá-lo com singular estridência sob a liderança de Kruchev ("alcançar os Estados Unidos na década de 80"). Mas o combate contra a atimia se tornou, nos últimos trinta anos, uma postura verdadeiramente mundial, adotada, com maior ou menor eficácia, por quatro quintos dos países do globo

A generalização do empenho de sobrepujar a atimia internacional pode ser considerada o traço mais peculiar do sistema internacional contemporâneo – o nervo, como tal, da face externa da sociologia de Transição. Pois que significa a difusão do sentimento de atimia, senão o reconhecimento unânime da Transição como necessidade factual e moral, a um só tempo destino histórico de todos e projeto nacional de cada um? Assim, no histórico do atual sistema internacional, desenham-se como que três tempos fortes su-

cessivos: a emergência de uma *world economy;* o ingresso na Transição industrialista; a difusão "planetária" de condutas atímicas.

Nosso histórico empresta relevo ao papel das interações de ordem não política ou militar, e notadamente tecno-econômica. De fato, é curial que, na era contemporânea, a **política internacional** se viu cada vez mais ampla e fortemente condicionada pelo crescimento e diversificação das **relações insternacionais,** aquém e além dos canais do estado e até da esfera política, institucionalmente delimitada. Não obstante, a simples crônica da competição geral pela redução da atimia internacional revela que os vários esforços de *build up* nacional, conquanto notoriamente influenciados por tendências não só políticas, tiveram e continuam a ter como seu principal sujeito as cúpulas políticas estatais, quer nos regimes econômicos de mercado, quer nos de planificação central. Essa circunstância favorece bastante nosso objetivo, que é o mapeamento conceitual de uma problemática da legitimidade **em política internacional;** pois ela requer que identifiquemos a incidência específica desses fatores históricos na esfera das relações interestatais de poder.

Duas perspectivas se descortinam. A primeira se preocupa com o **nível de sistematicidade** do cenário político internacional. Não se trata mais aqui da questão da idoneidade cognitiva da noção de sistema, já referida páginas atrás, e sim, no âmbito do próprio uso deficiente e puramente analógico dessa noção, da sua viabilidade frente ao seu emprego, em ciência política, para fins de análise da *"polity"* interna. Easton acentuara que, para que haja, numa dada sociedade, um fluxo satisfatório de decisões no tocante a atribuição por autoridade de bens e valores, certos processos precisam ser efetivos: por exemplo, as demandas dos membros têm de ser articuladas e canalizadas para transmissão às instâncias decisórias; os apoios que possibilitam a ação governamental têm de ser prestados (inclusive o reconhecimento da legitimidade dos governantes); e assim por diante.

Ora, na "sociedade" internacional, esses processos articulatórios primam pela ausência. Não havendo autoridades centrais, não há foco para o fluxo de demandas e decisões. De Hegel a Aron, a inexistência de "governo" tem sido tradicionalmente reputada a nota distintiva da comunidade das nações. Outros teóricos, como Roger Masters, não hesitam em comparar o sistema internacional ao sistema político das sociedades ditas primitivas: em ambos falta um governo concreto e formal, com capacidade definida para adjudicar e agir no caso de violação de normas; em ambos reina a violência, ou a ameaça dela, e o cada um por si; em ambos, é comum a cristalização de normas e obrigações derivadas de costumes e de procedimentos de barganha, e não de uma ordem normativa tecnicamente racionalizada.

Apesar disso, porém, no terreno internacional também ocorrem, indubitavelmente, demandas e decisões. Se não chega a haver um "sistema político" organizado, como no modelo eastoniano, existe sem dúvida uma espécie de **regime,** com suas regras e estruturas centradas na ordem diplomática; e,

igualmente, uma **comunidade política,** de resto acompanhada de um crescente **senso** comunitário por parte dos atores-estado, que tendem a praticar e a estender ações de tipo cooperativo em vários domínios. Mesmo sem cair no utopismo da finada "escola idealista", ou nas bem intencionadas superestimações dos teóricos da integração, é possível afirmar que a sistematicidade da sociedade dos estados, embora sendo, como é, ainda embriônica, desenvolve-se a olhos vistos, e promete continuar a fazê-lo. A influência da expansão global das relações internacionais nesse lento mas seguro processo de desenvolvimento decerto não carece de demonstração.

A segunda perspectiva teórica sobre a incidência do crescimento das relações internacionais no caráter da política internacional exibe cores menos róseas. Sua preocupação central é a **estratificação** do sistema internacional, conceito que ganhou cidadania teórica graças aos trabalhos de Gustavo Lagos e Johan Galtung nos anos sessenta, e mereceu destaque no volume de Nettl e Robertson, *International Systems and the Modernization of Societies*.

Enquanto a análise do nível de sistematicidade da "sociedade" internacional tende a frisar o incremento de aspectos harmônicos, o foco na estratificação do sistema aponta vários eixos estruturais de tensão e conflito. Não é preciso subscrever as apresadas generalizações da teoria do imperialismo, hoje recauchutada como "sociologia da dependência", para admitir o bem fundado das considerações sobre o ordenamento vertical dos estados e grupos de estados. Ao contrário: ao costume marxista de interpretar a estratificação, de modo bastante simplista, como a variável independente, e a diferenciação funcional do sistema como sua resultante, a teorização moderna tende a opor a idéia de que a diferenciação funcional e estratificação **se condicionam mutuamente.** Cada grande avanço de diferenciação estrutural do sistema gera novas oportunidades de afirmação de poder (e, por conseguinte, de privilégio); ao mesmo tempo, os estratos assim beneficiados patrocinam novos cursos de diferenciação ou, conforme o caso, de desdiferenciação.

O resultado líquido das análises concentradas no nível de sistematicidade equivale à indicação de um aumento constante (no plano do conjunto do sistema) da capacidade cooperativa internacional. Por outro lado, o resultado líquido das análises da estratificação internacional conclui pela manutenção de significativas diferenças de poder, acompanhadas por tensões latentes ou conflitos declarados de alcance muito mais que marginal.

Naturalmente, a forma precípua de estruturação do sistema internacional de nossos dias, por mais que já reflita a incidência da evolução das relações internacionais no seu todo, e muito especialmente no domínio econômico, ainda espelha sobretudo fatores de caráter político-estratégico. Quando se classifica o atual sistema internacional de sistema bipolar "solto" (Kaplan), isto é, bipolar, moderado por tendências policêntricas (Hoffmann), o que se leva em conta, obviamente, é antes de tudo uma determinada distribuição do poder bélico, apenas **modificada** pela atuação de forças centrífugas. Estas, de resto, só podem vingar exatamente nos interstícios de poder

criados pelo equilíbrio nuclear entre os supergrandes. O policentrismo só cessará de ser um advérbio de modo – só se tornará substantivo – no dia em que deixar de depender da permissividade objetiva inerente à bipolaridade tal como ainda a conhecemos. A multipolaridade de antanho – cujo melhor peradigma foi o "equilíbrio do poder" na Europa pré-revolucionária ou pós-napoleônica – repousava na **distribuição** tendente a igualitária do poder de coerção; o nosso policentrismo, todavia, nutre-se da **desvalorização** desse poder, resultante do empate atômico.

Dentro, porém, dessa moldura político-estratégica, têm ocorrido evoluções profundamente significativas. No lado capitalista, por exemplo, passamos, na formulação de Z. Brzezinski, de um sistema de âmbito europeu e hegemonia britânica, financiado a partir da City, a um sistema de âmbito atlântico e hegemonia norte-americana, financiado por Wall Street – e deste nos disporíamos a evoluir para outra configuração, ainda por emergir (a tríade U.S.A.-CEE-Japão, parte ocidental da pentarquia concebida por Kissinger ao tempo do reconhecimento americano de Pequim?).

Isso, no lado da *world economy* capitalista. Que dizer do seu principal oponente – o *world empire* soviético? E mais: como avaliar a interação de ambos, a cinco anos da imprevista, mas nada inexplicável recessão econômica ocidental? Como se desdobra a problemática internacional de legitimidade no quadro dessa crise e daquela interação? A essas perguntas é que dedicaremos, a seguir a conclusão deste estudo.

3. Problemas internacionais de legitimidade na paisagem pós-73.

Vimos que o processo político internacional na era moderna não pode ser plenamente compreendido se não levarmos em conta o papel decisivo de uma tendência histórica objetiva: a transição para o industrialismo, e de uma experiência subjetiva: os sentimentos atímicos da maioria das elites nacionais. Pois bem: até certo ponto, o quarto de século que vai da independência da Índia (a primeira e mais importante das descolonizações) e da adoção do Plano Marshall até a recessão econômica deflagrada pela alta do preço do petróleo em 1973 pode ser considerado como um período de cristalização desses dois fatores.

Mas o arco 1947/48-1973, que assistiu a uma espetacular reindustrialização da Alemanha e do Japão, testemunhou também a **rápida industrialização** do Brasil e do México, da África do Sul e da Argélia, de Formosa e da Coréia. Simultaneamente, ocorreu um desenvolvimento político da maior relevância no campo da *world economy* capitalista, e de grande impacto na área socialista: a **extensão da democracia liberal** ao conjunto das economias industriais de mercado ditas avançadas. A democratização, ou redemocratização em bases estáveis, do Japão, Itália e República Federal foram fenômenos marcantes, e não seria ilícito somar-lhes a democratização da Espanha pós-franquista, verificada ainda no limiar da fase sucessiva.

Todo esse período, apropriadamente denominado (por Fritz Stern) "era do pós-guerra', caracterizou-se igualmente, nas áreas industriais ricas, pela

emergência de uma **sociedade de consumo.** Se é verdade que esta se concentrou nas áreas industriais mais ricas, não é menos certo que o seu vulto social e demográfico (promovendo como promoveu à relativa abastança de "classe média" o equivalente a um total mundial de meio milhão de pessoas) faz dela um autêntico *breakthrough* na história da civilização material da espécie. Somente radicais sectários, cegos a todo e qualquer progresso do capitalismo, ou críticos anacrônicos da "sociedade de massa" seriam capazes de negar a significação do avanço em condições de vida realizado (em escala, embora desigual, quase planetária). Nem se esqueça que esse avanço coincidiu com o ápice de uma "revolução educacional" não menos extraordinária, em cujo horizonte se perfila a conversão pura e simples da educação superior de privilégio de pouquíssimos em atributo da maioria da população.

Todavia, a viabilização de uma sociedade de consumo tinha seus requisitos: o pleno emprego, e os sistemas de previdência social de vasto alcance – o *welfare state*. Além disso, países ricos e nações pobres partilharam, ao longo dessa fase, **expectativas de crescimento** e pressupostos financeiros e comerciais, como o **livre intercâmbio** ou a **convertibilidade monetária.**

Ora, todas essas premissas vitais da sociedade de consumo nas democracias industriais e do crescimento acelerado dos chamados países em desenvolvimento seriam duramente abaladas pela recessão sobrevinda há um lustro. Não falta, contudo, quem ache que o aumento do custo do combustível veio apenas dramatizar uma crise **estrutural** latente. Nesse caso, a crise seria, a rigor, como que a nêmesis das tendências benfazejas do período: a expansão do consumo e do bem estar coletivo, e os "milagres" de crescimento econômico.

Por causa dessa *nêmesis,* em vez de consumo inocente e welfare state improblemático, enfrenta-se hoje o que o neoricardiano ianque James O'Connor batizou de **crise fiscal do estado:** crônicos déficits orçamentários face às demandas crescentes que oneram os recursos financeiros do estado, cada vez menos bastantes para atender às exigências de "capital social" (em termos de investimento) e de "despesas sociais" (principalmente, o custo dos serviços coletivos proporcionados pelo estado); e por causa dela, em vez de ingressarmos em novos *Wirtschaftswunder,* escorregamos no mais sério engarrafamento do capitalismo desde a traumática Depressão dos anos trinta.

No entanto, o que a nêmesis do consumismo e do crescimento industrial não mudou, nem parece poder facilmente mudar, é o espírito que as décadas prósperas e expansionistas imprimiram à moderna experiência da legitimidade. Esse espírito se define pelo vínculo histórico estabelecido, desde o fim da Guerra, **entre legitimidade e eficácia,** ou desempenho.

Sabemos que a **viabilidade** dos governos depende hoje de três ingredientes: (1) da sua **eficácia** em matéria de controle social, isto é, da sua capacidade de *payoff,* de cumprir metas, de êxito na gestão e no empreendimento; (2) da sua **eficiência** em matéria de angariar contribuições (apoios concretos) por parte do público; e (3) **da legitimidade** das instituições.

A grande inovação trazida pela "era do pós-guerra" consistiu em sacramentar um nexo especial entre (3) e (1), tornando a própria legitimidade

das autoridades, e mesmo dos regimes, uma variável dependente da capacidade central de *payoff* econômico e social dos governos. O estabelecimento desse nexo foi diretamente incentivado pela circunstância de que, como é notório, o crescimento econômico virou a religião secular da sociedade industrial avançada. Dela, e, talvez ainda mais dos países em desenvolvimento.

Temos, portanto, que: (a) os pressupostos vitais do alto desempenho (consumismo e *welfare state* nas áreas ricas, crescimento excepcional nas regiões em desenvolvimento) tiveram sua vigência em grande parte suspensa; mas (b) os **critérios de legitimação** gerados ou confirmados durante sua vigência permanecem basicamente em vigor. Eis aqui o nó central da (i)legitimidade no mundo contemporâneo.

Em certos pontos, pouco a pouco, deu-se uma perversão dos mesmos pressupostos. Exemplo disso tem sido a política do emprego em países como o Reino Unido. Do princípio, em si próprio humano e saudável, do pleno emprego, chegou-se a uma situação – nota Ralf Dahrendorf *The New Liberty* – em que, em vez de um esforço para prover oportunidades de trabalho para todos, e uma remuneração equivalente em caso de sua falta, prevalece a tendência a assegurar às pessoas que ficarão onde estão, por mais que disso resultem *overmanning* e emperramento da produtividade. A conseqüência de semelhante perversão não se faz, em geral, esperar, e assume a forma, bem irônica, de mais desemprego a médio e longo prazo, causado por liquidações de empresas improdutivas eliminadas do mercado pela concorrência.

Vem-se tornando comum o paralelo entre os problemas da Depressão dos anos trinta e os da recessão dos anos setenta. Aquela época, o problema insolúvel era o desemprego, não sério mas "percentual", como hoje, porém muito mais explosivo, porque em massa. Agora, o problema insolúvel é a inflação. Para combater a "febre" inflacionária, os governos recorrem a "amputações" conducentes a desemprego. Este aflige largas porções das camadas sociais menos favorecidas e das faixas etárias mais jovens, recém-chegadas ao mercado de trabalho (o próprio refluxo da agitação estudantil nas universidades européias, no presente decênio, tem sido atribuído a uma maior concentração nos estudos, motivada pela severidade da competição pelo emprego à saída das faculdades). Por outro lado, quando o ioiô inflação/desemprego bascula em sentido reflacionário, são as classes médias que se angustiam. Ambos os movimentos tendem a desgastar a legitimidade governamental, em função do já referido nexo utilitário legitimação/eficácia.

A renitência do instabilizante inflacionário revela bem o fundo social da "crise fiscal do estado". Samuel Brittan analisou perspicazmente o tema ao investigar as causas do "colapso do keynesianismo" como estratégia anticrise ainda mais ou menos oficial. Seu ponto de partida é um **contraste entre o mercado comercial e o mercado político.** No primeiro, a ocorrência de demandas irresistíveis de mais do que a economia pode proporcionar é improvável, porque os *indivíduos* não podem gastar mais do que ganham ou tomam emprestado. No mercado político, entretanto, os **grupos de interesse** não estão submetidos a limitações desse gênero, e por isso se sentem incentivados a reivindicar vantagens sem a preocupação de saber se elas são com-

patíveis com a soma das demandas de **todos** grupos de interesse. Como resultado disso, o processo democrático induz fortes pressões para ampliação da despesa pública, e os governos democráticos, temerosos de reações negativas do eleitorado, não ousam financiar esse aumento por meio fiscais. Para piorar as coisas, os efeitos inflacionários da emissão monetária não costumam ser imediatos, e a tentação é, portanto, enorme de optar por saídas inflacionantes, cada vez que a pressão da demanda social se eleva.

Tais são, na expressão celebrizada po Brittan, "as conseqüências econômicas da democracia". Se, ao tempo do sucesso do receituário keynesiano, elas não se faziam sentir, era porque o eleitorado ainda aderia às disciplinas de uma "ética do trabalho" – a mesma que a sociedade de consumo, profundamente hedonística, minou. Os pensadores sociais que, como Jurgen Habermas, procuram identificar os mecanismos **motivacionais** por trás da crise de legitimidade nos nossos dias acentuam a obsolescência da ética do trabalho e da consciência burguesa tradicional, de tipo puritano-possessivo. Vários sociólogos pensam que o eclipse das condutas de orientação ascética alimenta decisivamente o ânimo redistributivista das massas britânicas, cuja mentalidade antiprodutiva representa segundo alguns o prelúdio de um destino possível para toda a Europa industrial democrática: o destino de uma lenta estagnação econômica, ao contágio esclerosante da "doença inglesa".

Talvez a euforia dos anos prósperos (e pródigos) tivesse algo a ver com a candura na qual o Ocidente sorriu, no início da década de setenta, à perspectiva de uma **distensão** entre os "blocos" capitalista e comunista ou, conforme o termo chinês, bem mais acurado, "social-imperialista". O fato e que a menos de dez anos do primeiro tratado SALT e do acordo quadripartite sobre Berlim, a *détente* leste-oeste se esterilizou a olhos vistos. Nesse sentido, Helsínqui foi um anticlímax bem mais do que um coroamento. Por quê? Por que a União Soviética, tendo obtido a legitimação do status quo europeu e, portanto, do seu império na Europa central e oriental, não retribuiu satisfatoriamente a boa vontade ocidental?

A razão principal está na significativa **inversão de ameaças** descrita por A. Todd. Nos anos cinquenta, na infância do último *boom* da economia capitalista, o Ocidente representava uma séria ameaça estratégica para Moscou, e o comunismo, "Islão do século XX", uma séria ameaça político-ideológica para o Ocidente. Nos anos setenta, os perigos se inverteram. O equilíbrio estratégico dá sinais de principiar a desequilibrar-se em favor de Moscou; mas, em compensação, não há dúvida de que é o Ocidente, rico e liberal, que constitui uma permanente ameaça político-ideológica aos olhos da ideocracia soviética.

Pode-se, com efeito, falar de **ilegitimação crescente do socialismo de estado** em todo o mundo industrial. Nas áreas mais atrasadas do globo, o esquema histórico do marxismo-leninismo, com seu acento em diferenças de classe abissais e sua denúncia da sujeição colonial, ainda guarda muito prestígio aos olhos de elites atímicas revolucionárias. O messianismo marxista se torna verossímil precisamente onde suas promessas representam uma enfática negação de uma realidade feita de penúria geral e miséria de massa.

Em tais contextos, cujo arquétipo mais recente é a Etiópia de Menguistu, o leninismo como ideologia característica do que proponho chamemos de **burocracias carismáticas** – aparelhos de poder modernizadores e revolucionários se mostra um modelo altamente sedutor para elites "redentoras", naturalmente afeiçoáveis às profecias utópicas da democracia totalitária.

Note-se que é inessencial que a revolução leninista **provenha,** enquanto tomada do poder, de um partido pequeno-burguês no sentido clássico; ela pode vir da guerrilha rural (China, Cuba, Vietnã, Angola) ou do próprio exército (Etiópia, Afganistão). O importante é que a revolução sempre **chega** ao modelo burocrático-carismático de inspiração totalitária, por maior que seja seu afastamento em relação às formas ortodoxas de vanguardismo revolucionário na gênese do processo.

Basta, porém, sairmos da órbita do clube da penúria para verificarmos um acentuado **desprestígio** do socialismo de estado. A causa dele, tanto ou mais do que a insatisfação com os aspectos repressivos do comunismo, é **o seu fracasso em termos de desempenho econômico.** Com efeito, tão logo vencida a fase de acumulação primitiva do capital, e da industrialização extensiva, voltada para o fabrico de bens de produção, o modelo comunista de desenvolvimento passa a revelar-se profundamente ineficaz e antieconômico. E quanto mais obediente o regime ao planejamento autoritário e à mercadofobia do cânon marxista-leninista, tanto mais emperrada e improdutiva a economia. A União Soviética, superpotência subdesenvolvida em quase tudo afora a indústria espacial e bélica, insigne importadora – depois de sessenta anos de socialização da economia! – de cereais em quantidade equivalente à produção anual do Canadá, ilustra perfeitamente esse rotundo fiasco do socialismo de estado como sistema produtivo.

Quanto às chamadas democracias populares, seu ritmo de crescimento, hoje em todas (exceto a Bulgária) bem superior ao soviético, é universalmente creditado ao fato de que seus dirigentes passaram os últimos doze ou quinze anos a **reorientar a economia para o mercado** (interno e externo). A história da irônica desforra **econômica** que os ideais da primavera de Praga tiraram da União Soviética, após seu esmagamento político, é uma das grandes lições do nosso tempo. A moral é clara: ela aponta a derrota psicológica do socialismo do *gulag* pelo socialismo do *gulash*.

Ilegitimação do socialismo de estado, portanto – se aí está, em grande parte, a mola da nova estratégia do comunismo nas democracias latinas. Em essência, o que pretende o eurocomunismo é reagir à ilegitimação crescente do modelo leninista, apresentan-do-se como um **socialismo da sociedade civil.** Em outras palavras: Gramsci substitui Lenin, porque o espírito da época conduz de fato, como bem viu Ernest Gellner, **do mito da revolução ao desejo de liberalização.**

Desse modo, o nexo fatal legitimidade/eficácia, que instabiliza as democracias liberais, não deixa de prejudicar, e muito, a imagem do totalitarismo. Se o mundo capitalista democrático não retira maior vantagem desse prejuízo, nesta conjunta pós-73, isso se deve principalmente, a meu ver, a

dois outros fatores de ilegitimidade do status quo internacional: o *gap* tecnológico e o advento do neoprotecionismo.

A persistência do hiato tecnológico promete virar o ponto local das reivindicações atímicas daqui para o fim do século. Com a difusão geral do industrialismo, as diferenças econômicas internacionais tenderão a concentrar-se no qualitativo, isto é, nas desigualdades de tecnologia. O arraigado inconformismo de várias potências emergentes com o oligopólio nuclear é a expressão mais visível, mas de modo algum única, dessa tendência. E a clara vocação *a longo prazo* exotérica da maior parte das tecnologias não aplaca, evidentemente, a sede atímica de emulação rápida, a volúpia do *queimar etapas,* de resto estimulada pela própria mitologia "prometéica" da "civilização tecnológica". O efeito de ilegitimidade do hiato científico-tecnológico, dramatizado pela humilhação do *brain drain,* é simplesmente incontornável.

Comparado à atmosfera futurista da competição tecnológica, o neoprotecionismo capitalista parece um animal antediluviano. Para Roberto Campos, esse arcaísmo institucional é também uma moléstia senil: a ciência econômica clássica conheceu a figura da "proteção à indústria infantil"; mas o atual recrudescimento de medidas protecionistas nos países industrializados configura uma estranha "proteção à indústria senil"... O fato é que, como bem diz Campos, esses países "parecem **superestimar** o efeito de destruição de empregos das suas importações de áreas em desenvolvimento, e **subestimar** o efeito de criação de empregos das suas próprias exportações para o mundo em desenvolvimento".

Resposta míope à crise pós-73, a mentalidade neoprotecionista vira assim as costas ao fato fundamental da **interdependência** na *world economy* capitalista – e ao fazê-lo, lesa as chances, já de per si precárias, de harmonização e humanização) do desenvolvimento nas áreas ainda modernizantes. Na interdependência capitalista, bem entendido todos são iguais, mas alguns são, orwellianamente, bem mais iguais do que os outros... embora a tese de que a estrutura da *world economy* é a sede de uma dependência **irreversivelmente** imposta aos países menos favorecidos, enquanto permaneçam membros de um sistema condenado a promover o "desenvolvimento do subdesenvolvimento", não passe de um clichê ideológico, tributário do mais grosseiro antieconomismo. No entanto, um dos piores efeitos do enrijecimento neoprotecionista da economia mundial reside na sua involuntária contribuição ao agravamento das dificuldades econômicas dos países modernizantes.

Tais dificuldades não são nada aliviadas pelo fato de que, em virtude de se modernizarem na era da sociedade de massa, do consumo de massa e da política de massas, esses países, e especialmente os mais avançados dentre eles, como o Brasil, não poder evitar uma *superposição instabilizante da politics of industrialization* **e da** *politics of welfare* – para empregar os felizes designativos de A.F.K. Organski. Ao contrário dos pioneiros do industrialismo, eles têm que acumular capital em plena época do consumo de massa; e os que os criticam pelos seus desníveis em matéria de distribuição de renda com freqüência tem memória curta: esquecem o próprio passado de

"capitalismo selvagem", bem mais injusto do que os jovens capitalismos de agora. A primeira prioridade, para nações em processo de capitalização, não é distribuir renda a níveis igualitários, **mas sim criar empregos em volume suficiente.** A prova é que, no território comunista, onde a apropriação ideológica da bandeira igualitária (combinada, "por si acaso", com a eficácia da polícia política) sonega o tema da desigualdade à crítica pública, o "confisco" da renda em nome da acumulação para investimento é a norma corrente.

O imbricamento, em múltiplos níveis, das questões gerais de legitimidade e legitimação ligados ao nexo tipicamente moderno entre validez e eficácia – nexo cuja problematicidade viria a ser evidenciada pelas tensões nascidas ou eclodidas com a crise econômica dos últimos anos – permite algumas conclusões de ordem teórica. A principal delas tem face dupla. Por um lado, reconhece a vitalidade dos nacionalismos (enquanto esforços, mais que simples ideologias, de afirmação nacional) e a circunstância bem real de que, como reparou O. Lorenzo Fernandez, para muitos países, mesmo além do óbvio estágio de "nation-building" pós-tribal, a evolução em termos de estado-nação ainda está longe de se ter esgotado. Por outro lado, essas potências emergentes, tanto quanto as potências mais velhas, estão irreversivelmente envolvidas num processo de múltiplo relacionamento além-fronteiras, em consequência do qual, adverte R. Dahrendorf, "o espaço político efetivo de (seus) governos legítimos não se afigura suscetível de permanecer puramente nacional". **Desta** interdependência, pelo menos, ninguem mais tem condições de escapar.

Em consequência os problemas tópicos internacionais de legitimidade ocorrem num quadro em que, de maneira muitíssimo mais complexa do que outrora, as próprias legitimidades nacionais, em larga medida, se internacionalizam. A expansão da *world economy,* dialeticamente possibilitada pela aceleração da Transição por ela gerada, condena hoje os inevitáveis comportamentos nacionais atímicos a se pautarem pelo lúcido reconhecimento dessa multiplicação de laços e relações.

Do fim da guerra para cá, a velocidade do aumento de extensão e compreensão do poder (vide parte I, 2), nacional e internacional, justifica que endossemos uma concepção **incremental** do fenômeno do poder, ao lado, ou, em certos casos, acima, do seu aspecto de simples jogo de soma zero, onde todo ganho de alguém significa automaticamente a derrota ou prejuízo da outro alguém.

No mesmo período, porém, o âmbito e a dinâmica sem precedentes das relações internacionais iluminou com clareza inédita os pontos e planos de **carência** da legitimidade. Ironicamente, a esfera em que "não há autoridade, mas apenas poder" – o campo da política internacional – é hoje, tanto ou mais do que a esfera democrática interna, aquela em que a legitimidade como configuração de poder centrada na **reciprocidade** (C. Lafer) e na maximização do livre consentimento dos participantes tende a identificar-se, cada vez mais, com a própria viabilização do sistema. O princípio cardeal da jus-

"capitalismo selvagem", bem mais injusto do que os jovens capitalismos de agora. A primeira prioridade, para nações em processo de capitalização, não é distribuir renda a níveis igualitários, **mas sim criar empregos em volume suficiente.** A prova é que, no território comunista, onde a apropriação ideológica da bandeira igualitária (combinada, "por si acaso", com a eficácia da polícia política) sonega o tema da desigualdade à crítica pública, o "confisco" da renda em nome da acumulação para investimento é a norma corrente.

O imbricamento, em múltiplos níveis, das questões gerais de legitimidade e legitimação ligados ao nexo tipicamente moderno entre validez e eficácia – nexo cuja problematicidade viria a ser evidenciada pelas tensões nascidas ou eclodidas com a crise econômica dos últimos anos – permite algumas conclusões de ordem teórica. A principal delas tem face dupla. Por um lado, reconhece a vitalidade dos nacionalismos (enquanto esforços, mais que simples ideologias, de afirmação nacional) e a circunstância bem real de que, como reparou O. Lorenzo Fernandez, para muitos países, mesmo além do óbvio estágio de "nation-building" pós-tribal, a evolução em termos de estado-nação ainda está longe de se ter esgotado. Por outro lado, essas potências emergentes, tanto quanto as potências mais velhas, estão irreversivelmente envolvidas num processo de múltiplo relacionamento além-fronteiras, em consequência do qual, adverte R. Dahrendorf, "o espaço político efetivo de (seus) governos legítimos não se afigura suscetível de permanecer puramente nacional". **Desta** interdependência, pelo menos, ninguem mais tem condições de escapar.

Em consequência os problemas tópicos internacionais de legitimidade ocorrem num quadro em que, de maneira muitíssimo mais complexa do que outrora, as próprias legitimidades nacionais, em larga medida, se internacionalizam. A expansão da *world economy*, dialeticamente possibilitada pela aceleração da Transição por ela gerada, condena hoje os inevitáveis comportamentos nacionais atímicos a se pautarem pelo lúcido reconhecimento dessa multiplicação de laços e relações.

Do fim da guerra para cá, a velocidade do aumento de extensão e compreensão do poder (vide parte I, 2), nacional e internacional, justifica que endossemos uma concepção **incremental** do fenômeno do poder, ao lado, ou, em certos casos, acima, do seu aspecto de simples jogo de soma zero, onde todo ganho de alguém significa automaticamente a derrota ou prejuízo da outro alguém.

No mesmo período, porém, o âmbito e a dinâmica sem precedentes das relações internacionais iluminou com clareza inédita os pontos e planos de **carência** da legitimidade. Ironicamente, a esfera em que "não há autoridade, mas apenas poder" – o campo da política internacional – é hoje, tanto ou mais do que a esfera democrática interna, aquela em que a legitimidade como configuração de poder centrada na **reciprocidade** (C. Lafer) e na maximização do livre consentimento dos participantes tende a identificar-se, cada vez mais, com a própria viabilização do sistema. O princípio cardeal da jus-

tiça, recém-revigorado pela teoria social de Rawls – o princípio da eqüidade (*fairness*), já não parece tão puramente utópico, quando a força mesma das coisas ameaça confundi-lo com o interesse geral.

Em compensação, essa era da internacionalização (inclusive do nacionalismo) tem contra si, no universo democrático, o envolvimento eventual das massas em política externa, cujo efeito prático é, em geral, o de desflexibilizar os posicionamentos político-diplomáticos. Democracia e diplomacia, já o pressentira Tocqueville, nem sempre se ajudam; pelo contrário. Por essa porta, os nacionalismos menos construtivos, velhos e novos, podem voltar a preponderar, ou tentar prevalecer, sobre várias das valiosas oportunidades oferecidas pela estrutura contemporânea das relações internacionais para que a Transição se complete sem dores demasiado supérfluas – e para que, no bojo dessa evolução, "comunidade internacional" se torne uma expressão menos utópica e mais real.

Londres, outubro de 1978.

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond – *Paix et Guerre entre les Nations*. Paris, Calmann-Lévy, 1962.

– *Penser la Guerre, Clausewitz*, vol. II: *l'âge planétaire*. Paris, Gallimard, 1976.

– *Playdoyer pour l'Europe Décadente*. Paris, Laffont, 1977.

BARBER, James e SMITH, Michael (org.) – *The Nature of Foreign - Policy: a reader*. Edimburgo, Homes McDougall, 1974.

BASTID, Paul et al. – *L'Idée de Légitimité (Annales de Philosophie - Politique*, vol. 7). Paris, PUF, 1967.

BELL, Daniel – *"The Future world disorder: the structural context- of crises"*. Foreign Policy, nº 27 (verão de 1977).

BESANÇON, Alain – *Court Traité de Soviétologie à l'usage des autorités civiles, militaires et religieuses*. Paris, Hachette, 1976.

BROCKFIELD, Harold – *Interdependent Development*. London, Methuen, 1975.

BRZEZINSKI, Zbigniew – "How the cold war was played", *Foreign Affairs*, vol. 51, nº 1 (outubro de 1972).

BULL, Hedley – *The Anarchical Society – a study of order in world politics*. London, Macmillan, 1977.

CAMPOS, Roberto de Oliveira – *O Mundo que Vejo e não Desejo*. Rio, José Olympio, 1976

– *Speech at the Brazilian Chamber- of Commerce*. Londres, março de 1978.

COLEMAN, James – *The Mathematics of Collective Action*. Chicago, Aldine, 1973.

DEUTSCH, Karl – *The Analysis of Internacional Relations; Englewood-Cliffs*. N. Jersey, Prentice-Hall, 1968.

EASTON, David – *A Systems Analysis of Political Life*. N. Iorque, - John Wiley, 1965.

FINER, Samuel – *Comparative Government*. Harmondsworth; Pelican, 1974.

FRANKEL, Joseph – *Contemporary Internacional Theory and the Behaviour of States*. Oxford, University Press, 1973.

FRIEDMAN, Lawrence – *Law and Society: an introduction*. E. - Cliffs, Prentice-Hall, 1977.

FRIEDRICH, Carl Joachim – *Man and his Government – an empirical theory of politics*. N. Iorque, McGraw-Hill, 1963.

GELLNER, Ernest – *Contemporary Thought and Politics*. London, Routledge and kegan Paul, 1974

– *Legitimation of Belief*. Cambridge Univ. - Press, 1974.

– "From the revolution to liberalization", *Government and Opposition*, vol. 11 nº 3 (verão de 1976).

HABERMAS, Jürgen – *Legitimation Crisis (tr. do alemão)*. Boston, - Beacon Press, 1975.

HART, H.L.A. – *The Concept of Law*. Oxford, Clarendon, 1969.

HIRSCHMAN, Albert O. – *Exit, Voice and Loyalty: responses to decline in firms, organizations and states*. Cambridge, Mass, Harvard University Press, 1970.

HOFFMANN, Stanley – *Gulliver's Troubles*. N. Iorque, MacGraw-Hill, 1968.

HOLSTI, K.J. – *Internacional Politics: a framework for analysis. E. Cliffs*. N. Jersey: Prentice-Hall, 1967.

HUNTINGTON, Samuel P. – "Postindustrial politics: how benign will-it be?", *Comparative Politics*, nº 6 (1974).

IKLÉ, F. – *How Nations Negotiate*. N. Iorque, Harper & Row, 1964.

INGLEHART, Donald – *The Silent Revolution: changing values and - political styles among western publics*. Princeton U. Press, 1977.

KAPLAN, Morton – *Macropolitics*. Chicago, Aldine, 1969.

KNORR, Klaus e ROSENAU, James (orgs.) – *Contending Approaches to International Politics*. Princeton University Press, 1969.

KOLAKOWSKI, Leszek – *L'Esprit Révolutionnaire, suivi de Marxisme: utopie et anti-utopie*. Bruxelas: Editions Complexe, 1978.

KOLAKOWSKI, Leszak e HAMPSHIRE, Stuart (orgs.) – *The Socialist Idea: a reappraisal*. London, Quarbet Books, 1977 (2ª ed.).

LAFER, Celso – "The new internacional economic order: social implications and political requirements", cap. 13 in Karl Deutsch, B. Fritsch, H. Jaguaribe e A. Markovits (orgs.), *Problems of World Modeling*. Cambridge, Mass., Ballinger, 1977.

LAGOS, Gustavo – *International Stratification and Underdeveloped Countries*. *Chapel Hill*. N. Caroline, 1963.

LIEBER, Roberta – *Theory and World Politics*. Londres, Allen & Unwin, 1973.

LINDBLOM, Charles E. – *Politics and Markets – the world's political economic systems*. N. Iorque: Basic Books, 1977.

LORENZO FERNANDEZ, Oscar – *A Evoluçao da Economia Brasileira*. Rio, Zahar, 1976.

LUHMANN, Niklas – *Legitimation durch Verfahren*. Neuwied, Luchterhand, 1969.

LUKES, Steven – *Power: a radical view*. Londres, Macmillan, 1974.

MACPHERSON, C.B. – *The Real World of Democracy*. Oxford, Clarendon, 1965.

MARTIN, Roderick – *The Sociology of Power*. London, Routledge and Kegan Paul, 1977.

MERELMAN, Richard – *"Learning and legitimacy" American Political Science Review*, vol. LX nº 3 (1966).

MERQUIOR, José Guilherme – The Veil and the Mask: Essays on culture and ideology. *Londres, Routledge and Kegan Paul, 1979.*

– *Rousseau and Weber: a study in the theory of legitimacy*. Tese de PhD, London School of Economics and Political Science, 1978 (mimeo).

MODELSKI, G. – *Principles of World Politics*. N. Iorque, Free Press, 1972.

NETTL, J.P. e ROBERTSON, Roland – *International Systems and the Modernization of Societics*. Londres: Faber, 1968.

OLIVEIRA FARIA, José Eduardo de – *Poder e Legitimidade*. Tese de mestrado, Fac. de Direito da Univ. de S. Paulo, 1976 (mimeo)

RAPOPORT, Anatol – *Two-Person Game Theory*. Ann Arbor, Univ. of Michigan Press, 1969.

RAWLS, John – *A Theory of Justice*. Oxford Univ. - Press, 1972 (1ª ed., 1971).

REYNOLDS, P.A. – *An Introduction to International Relations*. Londres, Longman, 1971.

ROSEGRANCE, Richard – *Action and Reaction in World Politics*. Boston, Little Brown, 1963.

ROSENAU, James – *The Scientific Study of Foreign Policy*

ROSENAU, James (org.) – *International Politics and Foreign Policy*. N. Iorque, Free Press, 1969 (2ª ed.).

ROTHSCHILD, Joseph – "Observations on political legitimacy in contemporary Europe". *Political Science Quarterly*, outono de 1977.

RYAN, Alan – *The Philosophy of the Social Sciences*. London, Macmillan, 1970.

SCHELLING, Thomas C. – *The Strategy of Conflict*. Oxford Univ. - Press, 1963.

– *Arms and Influence*. Yale Univ. - Press, 1966.

SINGER, J. David (org.) – *Quantitative International Politics N*. Iorque: Free Press, 1968.

SKIDELSKY, Robert (org.) – *The End of the keynesian Era*. London: Macmillan, 1977.

SNYDER, R. et al. – *Foreign Policy Decision-making*. N.I.: Free - Press, 1962.

STERNBERGER, Dolf – *"Legitimacy", International Encyclopaedia of the Social Sciences*. London, Free Press e Macmillan, 1968.

STILLMAN, Peter – "The concept of legitimacy", *Polity* VII, nº 1, (outono de 1974).

STINCHCOMBE, Arthur L. – *Constructing Social Theories*. N.I.: Harcourt, Brace & World, 1968.

WALLERSTEIN, Immanuel – *The Modern World-System – capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in - the 16th century*. N. Iorque, Academic Press, 1974.

COLEÇÃO
RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

Outros Volumes Publicados

1) "Gilberto Amado – Centenário". José Sarney, José Sette Câmara, Roberto Campos, Antonio A. Cançado Trindade e Rodrigo Amado.
2) "O Gás Natural: Uma Energia Civilizante?"
Amaury Porto de Oliveira.
3) "O Brasil e o Futuro do Comércio Internacional".
Rubens Ricupero.
4) "Organização Marítima Internacional (IMO) – Visão Política de um Organismo Especializado das Nação Unidas".
Luiz Henrique Pereira de Fonseca.
5) "O Brasil e as Comunidades Européias – Discussão de uma Parceria Necessária".
João Gualberto Marques Porto.
6) "Direito Internacional Humanitário".
Antonio Augusto Cançado Trindade, Hector Gross Espiell, Christophe Swnarshi, Jean-Marc Bornet e José Francisco Rezek.
7) "Diplomacia Cultural. Seu Papel na Política Externa Brasileira".
Edgar Telles Ribeiro.
8) "O Brasil e o Novo Direito do Mar: Mar Territorial e Zona Econômica Exclusiva".
Luiz Augusto de Araujo Castro.
9) "Temas de Política Externa Brasileira".
Gelson Fonseca Jr. e Valdemar Carneiro Leão (organizadores).
10) "A Crise da Imigração Japonesa no Brasil".
Valdemar Carneiro Leão Neto.
11) "Navegantes Bandeirantes Diplomatas".
Synesio Sampaio Goes
12) "História e Informação Diplomática".
José Antônio de Macedo Soares
13) "A Tentativa do Controle do Poder Econômico nas Nações Unidas".
Adhemar G. Bahadian
14) Fronteiras na Amazônia: Um Espaço Integrado
Pedro Motta Pinto Coelho